

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 072/2025

O Serviço Social do Comércio - Departamento Regional do Sesc no Amazonas, instituição de direito privado sem fins lucrativos, criado pelo Decreto-Lei Nº 9853, de 13/9/1946, com regulamento aprovado pelo Decreto Federal Nº 61.836, de 5/12/1967, por meio da Comissão Permanente de Licitação formalmente constituída, torna pública a realização de licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, de acordo com os critérios de aceitabilidade contidos neste Instrumento Convocatório, que será regida pelo Regulamento de Licitações e Contratos, Resolução SESC nº 1.593/2024, de 02/05/2024, aprovada pelo Conselho Nacional do Serviço Social do Comércio e conforme disposições deste instrumento convocatório e de seus anexos.

Ressaltando-se que o processo decorrente não é regido pela Lei nº 14.133/2021 (licitações e contratos da Administração Pública) ou outra norma similar, exceto pelas aqui referenciadas.

O processo licitatório será conduzido pela Comissão Permanente de Licitação designada em ato normativo.

1. DISPOSIÇÕES INICIAIS

1.1 Local da sessão: Portal de Compras do Governo Federal www.ComprasNet.gov.br.

1.2 Data: **27/03/2026**

1.3 Horário de Brasília: **10h30min**

1.4 Código UASG: **928123**

1.5 Nome da UASG: **Serviço Social do Comércio/AM**

1.6 Havendo motivos de força maior ou caso fortuito, de notório conhecimento, que impeçam a realização na data e horário marcado, a Comissão Permanente de Licitação, a seu critério exclusivo, poderá prorrogar o horário por período que considerar necessário, ou ainda, alterar a data da sessão, sem que caiba às licitantes presentes qualquer reclamação ou indenização judicial ou extrajudicial.

1.7 Não se aplica a presente licitação as disposições contidas na Lei Complementar nº 123/2006.

1.7.1 As licitantes que ofertarem lance de desempate em favorecimento ao tratamento previsto na Lei Complementar nº 123/2006, serão sumariamente DESCLASSIFICADAS, tendo em vista que não há esta previsão no regulamento do

Sesc.

1.8 Apesar das disposições constantes no sistema ComprasNet, a presente licitação será regida pelo Regulamento de Licitações e Contratos do Sesc, aprovado pela Resolução do Conselho Nacional do Sesc nº 1.593/2024, de 02/05/2024.

2 OBJETO

2.1 O presente tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MODERNIZAR A INFRAESTRUTURA DE TELEFONIA DO SESC AMAZONAS, INCLUINDO O FORNECIMENTO, IMPLANTAÇÃO E MIGRAÇÃO PARA SOLUÇÃO DE COMUNICAÇÃO POR VOZ CORPORATIVA BASEADA EM TECNOLOGIA IP/SIP, COMPATÍVEL COM A INFRAESTRUTURA EXISTENTE, DO TIPO ALCATEL-LUCENT OMNIPCX OFFICE (OXO) CONNECT R6.2 OU SUPERIOR, OU SOLUÇÃO TECNICAMENTE EQUIVALENTE, COM INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DE TERMINAIS TELEFÔNICOS IP, VISANDO À SUBSTITUIÇÃO DA CENTRAL PABX EXISTENTE E À INTERLIGAÇÃO DAS UNIDADES POR MEIO DE TECNOLOGIA VOIP, ASSEGURANDO A CONTINUIDADE OPERACIONAL E O ATENDIMENTO ÀS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DETALHADAS no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA** e demais disposições que compõem o presente Edital e seus anexos.

2.2 Em caso de discordância entre o objeto e as especificações no ComprasNet e no Edital, prevalecerá o último.

2.3 A licitação será realizada, julgada e aprovada pela Administração do Regional e será homologada pela Presidência do Conselho Regional do Sesc/AM ou autoridade designada.

3 CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar desta licitação as empresas legalmente constituídas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação, que atenderem todas as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e que estejam devidamente cadastradas junto ao órgão Provedor do Sistema.

3.2 A participação nesta licitação implica total e irrestrita concordância com todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

3.3 A admissão de empresas em regime de recuperação judicial dependerá da prévia apresentação de certidão emitida pela instância judicial competente declarando estarem as mesmas aptas, econômicas e financeiramente, participar do presente procedimento licitatório.

3.4 Estarão impedidas de participar desta licitação as empresas que:

3.4.1 Estejam sob decretação de falência, dissolução ou liquidação;

3.4.2 Estejam suspensas de licitar com o SESC/AM;

3.4.3 Tenham participação, a que título for, de dirigentes ou funcionários do SESC – Departamento Nacional e Administrações Regionais, ou de empresas reunidas em consórcio;

3.4.4 Pessoa jurídica do mesmo grupo econômico ou com os mesmos sócios de outra que esteja participando desta licitação.

3.5 Também não poderão participar da presente licitação a empresa que, vencedora em licitação anterior, esteja em atraso na entrega total ou parcial do objeto adjudicado ou ainda aquelas que contratadas nos últimos 12 (doze) meses, não tenham cumprido integralmente com o contrato, independente da modalidade de aquisição, bem como as que, no mesmo período, tenham sofrido a aplicação de qualquer tipo de penalidade pelo SESC/AM.

3.6 As empresas que estiverem na condição descrita no item 3.5 serão desclassificadas/inabilitadas imediatamente após o conhecimento da comissão de licitação de sua condição de impedimento.

3.7 O CNPJ apresentado pela licitante para sua habilitação será, obrigatoriamente, o mesmo a receber a Ordem de Compra ou documento equivalente bem como o mesmo a emitir a nota fiscal/fatura correspondente ao fornecimento do objeto.

3.8 Como requisito para a participação nesta licitação, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que:

a) Cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências deste edital e anexos;

b) Não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil, art. 7º, inciso XXXIII.

4 CREDENCIAMENTO

4.1 O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão Eletrônico.

4.2 O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.compranet.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

4.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

4.4 É de responsabilidade exclusiva do licitante o uso adequado do sistema, cabendo-lhe atentar para todas e quaisquer transações efetuadas, bem como para as

informações inseridas diretamente no Portal pelo próprio licitante ou por seu(s) representante (s).

4.5 O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Sesc/AM responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.6 É de responsabilidade do usuário cadastrado no Sistema conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros, tão logo identifique qualquer inconsistência ou necessidade de atualização.

4.7 O Sesc/AM não é unidade cadastradora do Sistema Eletrônico. As licitantes interessadas em participar da licitação deverão verificar no site do ComprasNet.

4.8 Deverá obrigatoriamente ser assinalado no sistema ComprasNet o Termo de Aceitação, declarando que cumpre e está ciente de todas as declarações contidas no termo de aceitação.

5 PROPOSTA COMERCIAL, DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E FASE DE CLASSIFICAÇÃO

5.1. A licitante deverá encaminhar sua proposta exclusivamente por meio do sistema eletrônico, mediante solicitação do Pregoeiro.

5.2. Quando convocada, a licitante terá o prazo mínimo de 2 (duas) horas para enviar sua proposta ajustada, conforme solicitação do Pregoeiro.

5.3. A apresentação da proposta de preços implicará plena aceitação das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

5.4. A elaboração da proposta é de inteira responsabilidade da licitante, não sendo admitida desistência após o envio, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Edital.

5.5. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação das propostas são de responsabilidade exclusiva da licitante, não cabendo ao Sesc/AM qualquer ônus, inclusive por falhas, desconexões ou transações indevidas no sistema eletrônico.

5.6. É facultado à Comissão Permanente de Licitação realizar diligências destinadas a sanar falhas formais nas propostas, sem, contudo, alterar seu conteúdo substancial.

5.7. A licitante será responsável por todas as transações efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, inclusive aquelas praticadas por seus representantes, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Sesc/AM qualquer responsabilidade por uso indevido de senha ou por danos decorrentes.

- 5.8.** Compete à licitante acompanhar todas as operações no portal eletrônico durante a sessão pública, sendo de sua inteira responsabilidade eventuais prejuízos decorrentes da inobservância de mensagens do sistema ou de desconexão.
- 5.9.** Poderão ser dispensados os documentos de habilitação já constantes do SICAF, assegurando-se aos demais licitantes o direito de acesso às informações disponíveis no sistema.
- 5.10.** Não será estabelecida, nesta etapa, ordem de classificação entre as propostas apresentadas. A classificação ocorrerá somente após as fases de negociação e julgamento.
- 5.11.** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação somente serão disponibilizados para download e avaliação após o encerramento do envio de lances.
- 5.12.** As propostas terão validade mínima de 90 (noventa) dias corridos, contados da data de abertura da sessão pública.
- 5.13.** A proposta deverá indicar o preço unitário e total por item, bem como o valor global, expressos em algarismos e por extenso, em moeda corrente nacional.
- 5.14.** Os preços deverão incluir todas as despesas necessárias à execução do objeto, sem quaisquer ônus adicionais ao Sesc/AM, compreendendo tributos, tarifas, frete, seguro e demais encargos. O valor proposto não poderá ultrapassar duas casas decimais.
- 5.15.** Não serão aceitas propostas com descrição genérica ou em desacordo com as condições deste Edital.
- 5.16.** A ausência de informações sobre prazo de entrega, validade da proposta, forma de pagamento e local de entrega implicará aceitação das condições previstas neste Edital.
- 5.17.** O Pregoeiro e a Equipe de Apoio analisarão as propostas, desclassificando aquelas em desacordo com o instrumento convocatório.
- 5.18.** As decisões do Pregoeiro serão registradas e disponibilizadas no portal eletrônico, permitindo o acompanhamento em tempo real pelos licitantes.
- 5.19.** O Pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica de setor especializado ou colaborador com competência específica sobre o objeto licitado, visando maior precisão e fundamentação nas análises.
- 5.20. PREPOSTO/REPRESENTANTE.** A proposta deverá indicar o nome, telefone, e-mail e endereço do preposto/representante da empresa, que atuará como interlocutor entre o Sesc/AM e a contratada, sendo responsável pelos esclarecimentos referentes à execução dos serviços após a homologação do certame.
- 5.21. ASSINATURA DO TERMO.** A proposta deverá conter a identificação do representante legal da empresa responsável pela assinatura do Termo de Registro de Preços ou Contrato.

5.22. As propostas deverão obedecer integralmente às condições estabelecidas neste Edital, sob pena de desclassificação.

5.23. Os termos e informações constantes na proposta são de exclusiva responsabilidade da licitante.

5.24. O Pregoeiro desclassificará as propostas que apresentem irregularidades, omissões ou defeitos que dificultem o julgamento, ou imponham condições ou ressalvas incompatíveis com o Edital.

5.25. A não desclassificação imediata da proposta não impede seu julgamento definitivo em sentido contrário, na fase de aceitação.

5.26. Caso a proposta vença e a licitação não seja homologada, adjudicada ou contratada dentro do prazo de validade, esta será automaticamente prorrogada, salvo manifestação formal contrária da licitante encaminhada à Comissão Permanente de Licitação.

5.27. Para materiais oriundos de outros estados, a licitante deverá considerar a diferença de 20% (vinte por cento) do ICMS, conforme exigência da Secretaria de Fazenda do Estado do Amazonas.

5.28. O Sesc/AM é isento do pagamento de IPI, conforme registro na SUFRAMA sob o nº 20.0118.27-7.

5.29. A Nota Fiscal deverá conter o nome, número do banco, agência e conta corrente para crédito dos pagamentos.

6 FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas nas “Disposições Iniciais” deste Edital, no site: www.ComprasNet.gov.br;

6.2 Caberá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema, Pregoeiro ou de sua desconexão.

6.2.1 Iniciada a etapa competitiva, as licitantes com propostas aceitas, poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do recebimento do valor.

6.2.2 As licitantes poderão, durante o horário fixado para o recebimento de lances, oferecer lances sucessivos, com valores inferiores ao último por eles ofertados e registrados no sistema, observados o horário fixado para abertura da sessão e regras estabelecidas neste Edital.

6.3 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos.

6.4 No modo de disputa “aberto” a sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e

será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos, os quais serão prorrogados de 02 (dois) em 02 (dois) minutos até que não haja mais lance, neste intervalo de tempo.

6.5 Quando a sessão pública encerrar sem que haja a prorrogação, ou seja, no caso de nenhum licitante ofertar lance nos 02 (dois) minutos finais, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, almejando acesso à melhor proposta.

6.6 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **1% (um por cento)**.

6.7 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 03 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

6.8 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

6.9 A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

6.10 Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

6.11 Em caso de empate entre duas ou mais propostas/lances, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, realizados automaticamente no Sistema ComprasNet, seguindo a ordem abaixo:

6.11.1 Empresa que declare em campo próprio do sistema comprasgov que desenvolve Programas de Integridade.

6.11.1.2 Os licitantes que utilizarem esse critério de desempate devem apresentar documentos que comprovem a situação no momento da apresentação da proposta.

6.12. Permanecendo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por Empresas estabelecidas no território do Estado do Amazonas;

6.12.1 Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos, e persistindo o empate entre duas ou mais propostas, proceder-se-á a sorteio das propostas empatadas a ser realizado em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados.

6.12.2 O sorteio será realizado de forma automática, aleatória e independente pelo Sistema ComprasGov, sem qualquer interferência do Pregoeiro.

6.13 Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento, valor total do item, serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer majoração. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente

inexequível.

6.13.1 Caso a proposta de preços seja considerada inexequível, deverá o Pregoeiro e Equipe de Apoio efetuar diligência e convocar a licitante para comprovar a exequibilidade da proposta, sob pena de desclassificação.

6.13.2 A licitante poderá utilizar de qualquer tipo de prova fidedigna e suficiente para demonstrar a exequibilidade do preço ofertado, a exemplo de planilhas aberta de custos, tabela de preços oficiais, cópia de contratos de objetos similares ao licitado com outras entidades, etc.

6.14 Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.15 No caso de desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá início somente após comunicação expressa aos participantes, no site: www.ComprasNet.gov.br.

6.16 Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros valores, valerá o último lance por ele ofertado para efeito de ordenação das propostas.

6.17 Ensejará a desclassificação da proposta preços excessivos, manifestamente superiores ao limite de preços do mercado, e preços manifestamente inexequíveis, passíveis de comprovação.

7 NEGOCIAÇÃO

7.1 Após o encerramento da etapa de lances, o Pregoeiro poderá solicitar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação. Não será admitido negociar condições diferentes daquelas previstas neste edital.

7.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

8 ENVIO E ANÁLISE DA PROPOSTA

8.1 A licitante deverá encaminhar proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, no site www.ComprasNet.gov.br, em até 02 (duas) horas a contar da sua convocação, quando então encerrar-se-á automaticamente o prazo de recebimento da proposta.

8.2 A empresa deverá apresentar preço unitário, **valor total por item e valor total em algarismo e por extenso**, incluindo, obrigatoriamente, todas as despesas com encargos sociais, tributos, descontos, emolumentos, impostos, frete, despesas diretas e indiretas, em geral e demais condições de fornecimento que sejam devidas em decorrência, direta e indireta, do fornecimento do objeto desta licitação.

8.3 A licitante convocada deverá informar o Pregoeiro, dentro do prazo previsto no item 8.1 deste edital, caso enfrente dificuldade em atender a convocação. Neste caso, ser-lhe-á concedido um prazo adicional a critério do Pregoeiro.

8.4 Em caso de inconformidades sanáveis, a proposta poderá ser ajustada pela licitante, no prazo indicado pela Comissão, desde que não haja majoração do preço unitário e total proposto na fase de lances.

8.5 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do sistema ofertado, tais como catálogos, folhetos, manuais ou prospectos, encaminhados por meio eletrônico.

8.6 A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a proposta, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

8.7 A não apresentação da Proposta de Preços, bem como os documentos relativos à Habilitação, ou o envio em desconformidade com as exigências contidas neste Edital, implicará na desclassificação e/ou inabilitação da licitante e convocação da próxima para envio de proposta no mesmo prazo. Se for necessário, esse procedimento se repetirá sucessivamente, até a apuração de uma oferta que atenda a este Edital e Anexos.

8.8 Os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema eletrônico poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro.

8.8.1 Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados a Coordenação de Licitação – na Sede do Sesc/AM, localizada na Rua Henrique Martins, nº 427, 1º andar do Edifício David José Tadros, Centro, Manaus-AM, CEP: 69010-010, em envelope único, devendo conter as seguintes informações:

- Pregão Eletrônico nº: **072/2025**
- Razão Social:
- CNPJ da empresa:
- Telefone:
- E-mail:

8.9 Os documentos emitidos por cartório *on-line* poderão ser apresentados, desde que acompanhados de seus respectivos certificados digitais para conferência do Pregoeiro.

8.10 O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada da licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

8.11 O pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta à licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.12 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta motivadamente e passar à subsequente, poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.

8.13 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

8.14 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para sua continuidade.

8.15 Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital e declarada a licitante vencedora, o Pregoeiro consignará esta decisão em ata própria, que será disponibilizada no sistema eletrônico, e encaminhará o processo a Seção de Compras para o preenchimento do mapa de homologação e adjudicação, a ser aprovado pela Autoridade Competente.

8.16 Quando forem omitidos na proposta os prazos de entrega, será entendido que os mesmos serão os estabelecidos no Edital.

9 DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

9.1 Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.1.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) cédula de identidade do representante legal da empresa ou de seu procurador, quando este for o signatário da Proposta;
- b) Prova de registro no órgão competente no caso de empresário individual;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas últimas alterações (**será aceita a alteração consolidada**), com a indicação do Código Nacional de Atividade Econômica (CNAE), compatível com o objeto da licitação, e onde possa ser comprovada a representação legal do signatário da proposta ou procuração, sendo que no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, tudo devidamente registrado no órgão competente.

9.1.2 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.1.2.1 Além dos documentos previstos neste instrumento convocatório e na Resolução SESC Nº 1.593/2024, as empresas deverão apresentar os seguintes documentos para verificação de sua qualificação técnica:

- a) Comprovar, através de **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**, a execução de serviços de implantação, migração ou modernização de sistema de telefonia corporativa IP/PABX, envolvendo, no mínimo, **50% (cinquenta por cento)** da quantidade total de ramais ou da complexidade técnica prevista neste Termo de Referência. Esse documento deverá ser emitido em papel timbrado, pelo órgão público ou pela empresa privada que foi atendida, devidamente assinado por representante legal ou cargo de confiança. Esse atestado deverá ser expedido contendo, razão social da pessoa jurídica que expediu, bem como, CNPJ, endereço, telefone e e-mail.

b) A licitante deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, incluindo, quando solicitado, cópia do contrato que deu origem ao serviço, razão social, endereço e contato do contratante. Será admitida ainda a apresentação de múltiplos atestados para comprovar a totalidade da experiência exigida.

c) O Sesc/AM se reserva o direito de diligenciar sobre a veracidade das informações contidas nos Atestados de que trata o subitem anterior.

d) O Sesc/AM poderá realizar diligência/visita técnica, a fim de complementar informações ou comprovar a veracidade do(s) atestado(s) de capacidade técnica apresentado (s) pelo licitante, quando, poderá ser requerida cópia do(s) contrato(s), Nota(s) Fiscal(is) ou qualquer outro documento que comprove inequivocamente que o serviço apresentado no atestado foi prestado.

e) A licitante deverá apresentar **REGISTRO PROFISSIONAL DA EMPRESA** através de **CERTIDÃO DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA** válida junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) de seu estado de origem, comprovando que está regular e apta a executar os serviços objeto deste Edital.

f) A licitante deverá apresentar declaração formal de compromisso de que, **em caso de contratação**, disponibilizará estrutura de assistência técnica local na cidade de Manaus/AM, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, garantindo suporte presencial e atendimento ao objeto contratado. A comprovação poderá ser realizada por meio da apresentação de pelo menos um dos seguintes documentos:

- I. **Estrutura Própria:** Cópia do Contrato de Locação ou da Escritura de imóvel comercial em nome da licitante, localizado em Manaus/AM, cópia do cartão CNPJ, acompanhado de uma conta de consumo recente (energia, água ou internet) que ateste a operacionalidade do endereço.
- II. **Contrato com Parceiro Técnico:** Contrato de parceria ou de prestação de serviços de suporte técnico, firmado com empresa terceira sediada em Manaus/AM. O contrato deverá especificar claramente o escopo do suporte, incluindo o atendimento ao futuro contrato com o SESC, e estar acompanhado do Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral (CNPJ) da empresa parceira, que deve possuir CNAE compatível com serviços de tecnologia ou telecomunicações.
- III. **Vínculo com Profissional Residente:** Comprovação de vínculo empregatício (CLT) ou de prestação de serviços com profissional técnico qualificado residente em Manaus/AM. A comprovação pode ser feita pela ficha de registro do empregado e um comprovante de residência em nome do profissional, ou por um contrato de serviço que inclua o endereço de atuação em Manaus.

A presente exigência está fundamentada nas razões técnicas constantes do Termo de Referência (item 8.2.3.1), que integra este edital.

g) A Licitante deverá comprovar a **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA EQUIPE** (Mão de obra especializada), através de **CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO (CAT)** do profissional indicado como Responsável Técnico, emitida pelo CREA, devendo esta atender no mínimo os seguintes requisitos:

- I. O profissional deverá ter formação como Engenheiro Eletrônico, Engenheiro de Telecomunicações ou Engenheiro de Comunicações.
- II. O acervo deverá comprovar a execução de serviços compatíveis com o objeto, tais como instalação e manutenção de centrais telefônicas, implementação de ramais IP (VoIP) e configuração de sistemas PABX.
- III. A licitante deverá comprovar o vínculo formal (sócio, empregado CLT ou prestador de serviço com contrato) do Responsável Técnico com a empresa, por meio de Contrato Social, cópia da CTPS ou contrato de prestação de serviços.

h) Apresentar o **ATESTADO DE VISITA TÉCNICA** ao local onde serão executados os serviços ou **DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA DE VISITA TÉCNICA** do Sesc/AM, comprovando que os responsáveis técnicos da empresa receberam todas as informações pertinentes à execução dos serviços, conforme modelo descrito no **ANEXO IV e ANEXO V**, respectivamente, deste Edital. Não será aceito profissional autônomo.

9.1.2.2 REQUISITOS TÉCNICOS ESPECÍFICOS

a) Apresentar comprovação de habilitação técnica junto ao fabricante da solução ofertada, quando aplicável, ou documento equivalente que comprove autorização, suporte oficial ou garantia técnica para implantação e manutenção do sistema.

b) Apresentar certificação técnica emitida pelo fabricante da solução ofertada, **exclusivamente do profissional indicado como Responsável Técnico**, comprovando sua capacitação para instalação, operação e manutenção da plataforma apresentada:

- I. **OMNI PCX Office (OXO) / OXO Connect (ACSR):** Certificação para instalação, operação e manutenção da plataforma central.
- II. **RAINBOW:** Certificação para a plataforma de colaboração.
- III. **Alcatel 4300 M (BR6) – Operação e Manutenção:** Certificação para o equipamento legado.

A presente exigência está fundamentada nas razões técnicas constantes do Termo de Referência (item 8.4), que integra este edital.

9.1.3 REGULARIDADE FISCAL

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF);
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da presente licitação;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal da sede do licitante, na forma da lei. Se o licitante não for contribuinte deverá apresentar Certidão de Não-Contribuinte;
- d) Certidão de Regularidade com a Fazenda Federal, constando de: Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, da sede e da filial quando esta for a licitante, vigente.
- e) Certidão de Regularidade Fiscal (CRF), junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, no cumprimento dos encargos instituídos por lei, expedido pela Caixa Econômica Federal;
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

9.1.3.1 Caso as certidões expedidas pelas Fazendas Federal, Estadual, Municipal e Poder Judiciário da Justiça do Trabalho sejam POSITIVAS, o Sesc se reserva o direito de só aceitá-las se as mesmas contiverem expressamente o efeito de NEGATIVA, nos termos dos artigos 205 e 206 do Código Tributário Nacional, passado pelo seu emitente.

9.1.3.2 Sendo ou não contribuinte, o licitante fica obrigado a apresentar as certidões de regularidade expedidas pelas fazendas federal, estadual e municipal, nos termos das alíneas “c” a “d” do subitem 9.1.3 deste edital.

9.1.3.3 Todos os documentos apresentados deverão estar em nome do licitante e com o número do CNPJ e endereço respectivo. Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que pela própria natureza, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz.

9.1.4 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão negativa de falência ou execução patrimonial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

9.2 As documentações supracitadas deverão ser apresentadas na forma da lei vigente.

9.3 O Pregoeiro poderá consultar as certidões a que se referem às alíneas **c, d, e e f**

do item 9.1.3 no Sistema de Cadastro de Fornecedor – SICAF, para verificação das condições de habilitação das licitantes.

9.4 Caso a licitante esteja com algum documento ou informação vencido ou não atualizado no SICAF, ser-lhe-á assegurado o direito de encaminhar, na própria sessão, a documentação atualizada.

9.5 No caso de documentos extraídos da internet, será facultado ao Pregoeiro realizar pesquisa para efeito de confirmação da veracidade ou validade desses.

9.6 As provas referidas nas alíneas **a** e **b** do subitem 9.1.3 poderão ser feitas por meio de documentos.

9.7 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos requeridos neste Edital.

9.8 É facultado ao pregoeiro realizar diligências para sanar falhas formais na documentação de habilitação.

9.9 No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas ou dos documentos e a sua validade jurídica, desde que devidamente justificado.

9.10 Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação poderão ser sanadas até o final da sessão pública de processamento do Pregão, seja por substituição ou apresentação de documentos, seja por verificação através de meio eletrônico.

9.11 As diligências mencionadas no subitem 9.3 ficarão prejudicadas caso o acesso via internet esteja indisponível, por qualquer que seja a razão, ou as informações contidas nos referidos sites não sejam suficientes para atestar a regularidade fiscal da licitante, fato que ensejará a inabilitação da empresa.

9.12 Os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema ComprasNet poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro.

9.13 O Sesc/AM não autenticará documentos, mesmo à vista dos originais, sendo que os documentos apresentados integrarão o processo.

9.14 Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza são emitidos somente em nome da matriz.

9.15 Serão inabilitadas do certame as licitantes que apresentarem documentação em desconformidade com o solicitado neste Edital e Anexos.

9.16 A documentação de habilitação deverá estar válida na data da Sessão Pública e/ou data da convocação. Quando não constar o prazo de validade nos documentos listados, esta será considerada como sendo de 120 (cento e vinte) dias corridos contados da expedição das mesmas.

9.17 Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a licitante será declarada vencedora.

10 JULGAMENTO

10.1 O julgamento desta licitação será feito pelo critério de **MENOR PREÇO GLOBAL**, observadas as demais condições deste edital e seus anexos.

10.2 Os lances apresentados deverão referir-se ao valor do **item** constante na proposta.

10.3 Todos os documentos apresentados estarão sujeitos à conferência posterior àquela realizada durante a sessão.

10.4 Caso ocorra alguma irregularidade que cause danos ao processo, a empresa classificada em primeiro lugar para o fornecimento será chamada a se justificar. Se a justificativa não for satisfatória, e ocorrer desclassificação, serão analisadas, na ordem de classificação, as propostas dos demais licitantes, para que dentro dos procedimentos previstos nesta Licitação, seja classificada em primeiro lugar para o fornecimento a empresa que primeiro cumprir todas as exigências.

10.5 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.6 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

11 ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

11.1 Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá impugnar o presente edital, cabendo à Comissão Permanente de Licitação decidir sobre o pedido de impugnação.

11.1.1 Os pedidos de esclarecimentos e/ou impugnações deverão ser dirigidos ao Pregoeiro e encaminhados, na forma eletrônica, para o *e-mail* licitacao.sesc@sesc-am.com.br, ou, na impossibilidade, devendo ser protocolados no Gabinete Executivo – na Sede do Sesc Amazonas, localizada na Rua Henrique Martins, nº 427, 1º andar da Sede Administrativa, Centro, Manaus-AM, CEP: 69010-010, no horário de 8h30 às 16h00, de segunda a sexta-feira, em dias úteis.

11.1.2 Não sendo feito neste prazo, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos, não cabendo ao licitante o direito a qualquer reclamação posterior.

11.1.3 Os pedidos de esclarecimentos e/ou impugnações deverão ser enviados em papel timbrado da licitante e devidamente assinado, obedecendo os dias e os horários estabelecidos no subitem 11.1.1.

11.1.4 Em caso de impugnação interposta por pessoa jurídica, deverá ser também digitalizado e juntado o instrumento de procuração ou contrato social, em original ou cópia autenticada, aptos a demonstrarem que o signatário das peças detém poderes para representar a licitante.

11.2 O Sesc/AM não se responsabiliza por *e-mails* que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador do emissor.

11.3 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.3.1 As respostas serão disponibilizadas a todos os licitantes através do site do Sesc/AM: www.sesc-am.com.br/licitacao e no ComprasNet, até o dia anterior à data marcada para abertura das propostas.

11.3.2 Acolhida a petição contra o Edital ou havendo necessidade de prazo maior para julgamento da questão, nova data será designada pelo Pregoeiro para a realização do certame, informando às licitantes por meio do sistema.

11.3.3 Para fins de contagem de prazo, deverá ser excluído o dia do início e incluído o dia do vencimento, devendo os dias serem contados consecutivamente, sendo que seu início e término se dará sempre em dia de funcionamento do Sesc/AM.

12 RECURSOS E CONTRARRAZÕES

12.1 Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

12.1.1 O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

12.1.2 A licitante que manifestar intenção de recurso deverá apresentar as razões do recurso no prazo de 2 (dois) dias úteis, conforme previsto no Art. 30 da Resolução Sesc nº 1.593/2024. As demais licitantes ficam, desde já, intimadas a, se desejarem, apresentarem contrarrazões no mesmo prazo, que começará a contar a partir do término do prazo para a apresentação do recurso. Será garantido aos interessados o acesso imediato aos elementos essenciais para a defesa de seus interesses.

12.2 A falta de manifestação imediata e motivada da licitante quanto à intenção de recorrer importará na decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a encaminhar o processo para adjudicação e homologação.

12.3 A decisão do Pregoeiro deverá ser motivada e submetida à apreciação da autoridade responsável pela licitação.

12.4 O acolhimento do recurso invalidará apenas os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.5 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

12.6 Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais.

12.7 Caso a licitante classificada em primeiro lugar seja desclassificada, depois de julgados os recursos interpostos e até a homologação/adjudicação do processo licitatório, será procedida a chamada das licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para que a segunda classificada, desde que preencha as condições de habilitação, seja declarada vencedora, nas condições de sua Proposta Vencedora.

12.8 Os recursos terão efeito suspensivo.

13 INTERPOSIÇÃO, IMPUGNAÇÃO E JULGAMENTO DE RECURSOS

13.1 Da desclassificação das propostas comerciais somente caberá pedido de reconsideração à Comissão Permanente de Licitação, com a justificativa de suas razões, a ser apresentado, **durante a sessão pública** em que for proferida.

13.2 A Comissão Permanente de Licitação analisará e decidirá de imediato o pedido de reconsideração, sendo-lhe facultado, para tanto, suspender a Sessão Pública.

13.3 Da decisão da Comissão Permanente de Licitação relativa ao pedido de reconsideração não caberá recurso.

13.4 As decisões referentes a este Pregão serão divulgadas no site www.sesc-am.com.br/licitacao e no ComprasNet, sendo de inteira responsabilidade da licitante o acompanhamento da divulgação de cada fase.

13.5 Não serão conhecidos impugnações e recursos interpostos fora das condições e dos prazos estabelecidos neste Edital.

14 HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E CONTRATAÇÃO

14.1 Concluídos os procedimentos no sistema ComprasNet, o processo será encaminhado pela Seção de Compras para a homologação interna da licitação e posterior emissão do OC – Ordem de Compra ou documento equivalente, bem como assinatura do Termo de Registro de Preços ou Instrumento Contratual.

14.2 Homologado internamente, o processo licitatório, a licitante vencedora será convocada a assinar o Termo de Registro de Preços ou Instrumento Contratual em até 03 (três) dias corridos (ANEXO III).

14.3 O prazo de convocação para assinatura do Termo de Registro de Preços ou Instrumento Contratual, poderá ser prorrogado 1(uma) única vez, quando solicitado pela parte, durante o seu transcurso, desde que devidamente justificado e aceito pela Instituição.

14.4 Se a licitante vencedora não cumprir com o prazo para assinatura ou retirada do termo ou instrumento contratual, ou recusar a assiná-lo ou recebê-lo, a Seção de Compras convocará, sucessivamente, as licitantes remanescentes na ordem de classificação, até que seja declarado o novo vencedor.

14.5 Caso o licitante vencedor não compareça para a assinatura, ou se recuse a tal,

injustificadamente, terá seus preços invalidados e será penalizado com a suspensão do direito de licitar e contratar com o Sesc/AM pelo prazo de até 03 (três) anos, além das demais penalidades previstas em lei e neste instrumento convocatório.

14.6 Havendo fixação de obrigações preliminares à assinatura do Termo de Registro de Preços, dispostas nos Anexos deste Edital, o não cumprimento importará na convocação sucessiva das licitantes remanescentes, na ordem de classificação, até que seja declarado o novo vencedor que as atenda.

15 PENALIDADE/SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 É vedado aos licitantes descumprir as normas dos editais de licitação e seus anexos, considerando-se como descumprimento, dentre outras, as seguintes condutas:

- a) Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação, conluio ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;
- b) Deixar de entregar documentação exigida para o certame;
- c) Apresentar documentação falsa ou recusar-se, injustificadamente, a apresentar documentos que lhe sejam solicitados, dentro do prazo cabível;
- d) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- e) Não manter a proposta apresentada.

15.2 A recusa injustificada em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo fixado, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, e poderá acarretar ao licitante: à perda do direito à contratação, à perda das garantias de propostas oferecidas, bem como a aplicação de suspensão do direito de licitar ou contratar com o Sesc pelo período de até 3 (três) anos.

15.3 O prazo de convocação referido no subitem 15.2 poderá ser prorrogado uma única vez, desde que a prorrogação seja solicitada pela parte interessada durante o transcurso do prazo original, mediante apresentação de motivo devidamente justificado e aceito pelo Sesc/AM, conforme o disposto no artigo 32, §1º da Resolução SESC nº 1.593/2024.

15.4 Havendo inadimplemento total ou parcial dos serviços contratados, o fornecedor fica sujeito às seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de até 10% do valor do total;
- c) rescisão contratual;
- d) impedimento de licitar com o SESC pelo período de até 03 (três) anos.

15.5 As multas e outras penalidades aplicáveis só poderão ser relevadas nos casos fortuitos ou de força maior, devidamente comprovados, mediante decisão fundamentada.

15.6 Ensejará em impedimento do direito de licitar, com aplicação de abrangência nacional, por um período mínimo de 4 (quatro) e máximo de 6 (seis) anos, nos seguintes casos:

- a) Apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame, ou fornecimento de declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) Fraude durante o processo licitatório ou na execução do contrato;
- c) Comportamento inidôneo ou prática de qualquer tipo de fraude;
- d) Realização de atos ilícitos com o intuito de frustrar os objetivos da licitação.

15.6.1 As penalidades estabelecidas são independentes e terão aplicação cumulativa e consecutiva, a critério do Sesc/AM, e será garantida a concessão de ampla defesa.

15.7 Também fica vedada a participação nesta licitação, empresa que tenha sido formalmente declarada inidônea ou suspensão do direito de licitar e contratar com o Sesc/AM, em decorrência de decisão administrativa fundamentada, proferida em processo regular, enquanto perdurarem os efeitos da penalidade aplicada.

16 PAGAMENTOS

16.1 O pagamento pelo fornecimento do objeto desta licitação será efetuado diretamente na conta bancária, após a emissão e entrega indicada pelo(a) licitante vencedor(a), no prazo máximo de até 15 (quinze) dias úteis após o atesto da Nota Fiscal (em formato PDF e XML) pelo requisitante ou por quem este delegar poderes. A Nota Fiscal deverá conter, de forma correta e completa, os códigos fiscais, as quantidades fornecidas, os valores unitários e totais, bem como a comprovação de recebimento pelo Sesc/AM.

16.2. Na Nota Fiscal deverão constar obrigatoriamente:

- a) Dados bancários vinculados ao CNPJ/CPF do(a) contratado(a) para depósito;
- b) No campo 'Dados Adicionais' da Nota Fiscal deverá constar, quando aplicável, a legislação ou decisão judicial que ampare eventual isenção, suspensão ou benefício fiscal.

16.3 O Sesc/AM não realiza pagamento por meio de boleto bancário.

16.4 Para atesto e posterior envio para pagamento, a nota fiscal deverá ser apresentada pela empresa ao Sesc/AM devidamente acompanhada de prova de regularidade relativa:

- a) à Fazenda Federal e Seguridade Social – INSS (Conjunta);
- b) à Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou da sede da licitante;
- c) ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS; e
- d) à Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

16.5 A documentação acima deverá ser apresentada na forma da lei vigente, podendo ser substituída pela Certidão emitida pelo Sistema de Cadastro de Fornecedor – SICAF, como documento comprobatório de regularidade fiscal.

16.6 Caso o faturamento apresente alguma incorreção, a nota fiscal será devolvida para a devida correção e o prazo de pagamento alterado sem quaisquer ônus para o Sesc/AM.

16.7 Em razão das obrigações acessórias decorrentes da Legislação vigente que regem os tributos e contribuições incidentes sobre os pagamentos das notas fiscais correspondentes ao objeto da licitação, o Sesc/AM também poderá fazer, caso haja incidência, as retenções devidas ao IR, INSS, PIS, COFINS e Contribuição Social.

16.8 Os pagamentos efetuados após decorrido o prazo estipulado serão corrigidos monetariamente pelos índices oficiais em vigor.

17. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1 As partes, por si, seus gestores, empregados e prepostos, declaram que os dados pessoais pertinentes serão utilizados, única e exclusivamente para as finalidades contratuais, dando perfeito cumprimento às regras da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei nº 13.709 de 14/08/2018).

18 DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 Todas as informações da presente licitação, tais como os esclarecimentos de dúvidas, erratas, adendos, julgamentos, recursos, resultados e outros estarão disponíveis da página eletrônica oficial da entidade www.sesc-am.com.br/licitacao.

18.1.1 A licitante deverá, obrigatoriamente, acompanhar as informações deferidas no item anterior no site, durante o processo licitatório até a adjudicação ao vencedor, eximindo-se o Sesc/AM da responsabilidade das alegações de desconhecimento de quaisquer informações sobre a presente licitação.

18.2 A participação nesta licitação implica na inteira aceitação de todos os termos deste Edital e seus anexos.

18.2.1 Será permitida a subcontratação parcial e controlada de serviços acessórios ou especializados, desde que previamente autorizada pelo Sesc/AM, permanecendo a contratada integralmente responsável pela execução do objeto. É vedada a subcontratação integral do objeto.

18.3 Não constituirão motivo de desclassificação simples omissões, irrelevantes para o entendimento das propostas ou que não causem prejuízo para a Administração, nem firam os direitos das demais licitantes.

18.4 A instituição se resguarda do direito de realizar visita técnica, caso julgue necessário, através do Técnico designado pelo Requisitante, nas instalações do licitante vencedor, devendo emitir parecer técnico por ocasião da visita.

18.4.1 Instalações consideradas inadequadas, na forma do subitem 18.4, poderá ocasionar a desclassificação do Licitante.

18.5 O Sesc/AM reserva-se o direito de revogar ou cancelar a presente licitação na forma prevista em lei, nos termos do art. 62 da Resolução Sesc Nº 1.593/2024, sem que caiba à(s) licitante(s) direito à indenização ou reclamação de qualquer espécie.

18.6 A Comissão Permanente de Licitação, observadas as disposições gerais pertinentes a qualquer fase do processo desta licitação, reserva-se o direito de solicitar aos licitantes esclarecimentos complementares necessários para uma perfeita apreciação e julgamento das propostas.

18.7 Na contagem dos prazos estabelecidos no presente edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-á dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. Só se iniciam e vencem os prazos aqui referidos em dia de funcionamento do Sesc/AM.

18.8 A contratada e seus sucessores se responsabilizarão por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que, a qualquer título, venham causar à imagem do Sesc/AM e/ou terceiros, em decorrência da execução indevida do objeto da licitação.

18.9 Independentemente de declaração expressa, a apresentação dos documentos e da proposta implica a aceitação plena e total das condições e exigências deste instrumento convocatório e seus anexos, a veracidade e autenticidade das informações constantes nos documentos apresentados, e ainda, a inexistência de fato impeditivo a participação da empresa, o qual na incidência obriga o licitante a comunicar ao Sesc/AM, quando ocorrido durante o certame.

18.10 As empresas licitantes são responsáveis, em qualquer época, pela fidelidade e legitimidade das informações constantes dos documentos apresentados.

18.11 Os pagamentos efetuados, após decorrido o prazo estipulado, serão corrigidos monetariamente pelos índices oficiais em vigor.

18.12 A proposta, após sua abertura, vincula o licitante aos termos do presente edital e da Resolução SESC Nº 1.593/2024.

18.13 Os casos omissos neste edital e as dúvidas suscitadas serão resolvidos pela Comissão Permanente de Licitação.

18.14 São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência

ANEXO II – Modelo de Proposta

ANEXO III – Minuta de Contrato

ANEXO IV – Atestado de Visita Técnica

ANEXO V – Declaração de Renúncia de Visita Técnica

Manaus, 10 de Março de 2026.

SEÇÃO DE COMPRAS
SESC/AM

ANEXO I
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 072/2025
TERMO DE REFERÊNCIA

1 – OBJETO

1.1.O presente tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MODERNIZAR A INFRAESTRUTURA DE TELEFONIA DO SESC AMAZONAS, INCLUINDO O FORNECIMENTO, IMPLANTAÇÃO E MIGRAÇÃO PARA SOLUÇÃO DE COMUNICAÇÃO POR VOZ CORPORATIVA BASEADA EM TECNOLOGIA IP/SIP, COMPATÍVEL COM A INFRAESTRUTURA EXISTENTE, DO TIPO ALCATEL-LUCENT OMNIPCX OFFICE (OXO) CONNECT R6.2 OU SUPERIOR, OU SOLUÇÃO TECNICAMENTE EQUIVALENTE, COM INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DE TERMINAIS TELEFÔNICOS IP, VISANDO À SUBSTITUIÇÃO DA CENTRAL PABX EXISTENTE E À INTERLIGAÇÃO DAS UNIDADES POR MEIO DE TECNOLOGIA VOIP, ASSEGURANDO A CONTINUIDADE OPERACIONAL E O ATENDIMENTO ÀS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.**

1.2.A tabela a seguir define as quantidades necessarias para cada item:

1.3. **Tabela 1 – Quantitativo de itens do objeto divididos por grupo** Erro! Vínculo não válido. A contratação do objeto será realizada por meio de processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, observando os termos do Regulamento de Licitações e Contratos do SESC, aprovado pela Resolução SESC nº 1.593/2024, e demais normas aplicáveis.

1.4.O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO GLOBAL**, conforme previsto no art. 9º, §3º da Resolução SESC nº 1.593/2024, considerando a natureza técnica e integrada dos itens agrupados neste Termo de Referência. A escolha do critério justifica-se pela necessidade de aquisição conjunta dos componentes que compõem cada solução ofertada, de modo a garantir compatibilidade técnica, desempenho e uniformidade na implementação e no suporte.

1.5. O contrato a ser firmado com a empresa vencedora terá **vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data da última assinatura eletrônica/digital e prazo de execução contratual de 45 (quarenta e cinco), contados a partir da data de recebimento da respectiva Autorização da Fiscalização do Contrato**, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 10 (dez) anos, nos termos do art. 33 da Resolução supracitada.

1.6.O prazo de execução contratual será dividido conforme abaixo:

- a) Fornecimento de todos os equipamentos do objeto: 30 dias corridos, contados a partir da **Autorização da Fiscalização do Contrato**.

b) Serviço de Implantação, migração, instalação, configuração e testes: 15 dias corridos, contados a partir do **Termo de Recebimento dos equipamentos** pela área requisitante

1.7. O recebimento definitivo dos bens e serviços dependerá da verificação técnica e funcional pela área técnica do SESC Regional, com base nos critérios estabelecidos neste Termo de Referência.

1.8. Eventuais dúvidas ou omissões deste Termo de Referência serão resolvidas com base na legislação vigente, especialmente a Resolução SESC nº 1.593/2024, bem como nos princípios da legalidade, economicidade, eficiência e interesse público.

1.9. Será admitida a oferta de solução tecnicamente equivalente à plataforma de referência indicada neste Termo de Referência, desde que demonstrada plena compatibilidade técnica, funcional e operacional com a infraestrutura existente do Sesc Amazonas.

1.9.1. A comprovação da equivalência deverá ocorrer mediante apresentação de documentação técnica oficial emitida pelo fabricante da solução ofertada, incluindo manuais técnicos, datasheets, certificações ou declaração formal do fabricante.

1.9.2. Para fins de aferição da equivalência técnica, serão considerados, no mínimo, os seguintes critérios:

I — compatibilidade com a infraestrutura existente baseada em tecnologia IP/SIP;

II — possibilidade de migração integral da central Alcatel 4300M atualmente utilizada;

III — capacidade igual ou superior de processamento de chamadas, ramais e troncos digitais;

IV — manutenção das funcionalidades mínimas previstas neste Termo de Referência;

V — disponibilidade de suporte técnico especializado e garantia compatíveis com as exigências contratuais.

1.9.3. A avaliação da equivalência técnica será realizada pela área técnica competente do Sesc/AM, podendo ser solicitadas diligências adicionais.

2 - JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

2.1. A presente aquisição de equipamentos e contratação de serviços tem como finalidade atender de forma eficiente e contínua às necessidades de comunicação telefônica interna e externa em todas as dependências do Regional Amazonas. A

medida está em conformidade com o disposto na Resolução SESC nº 1.593/2024, que orienta as contratações à observância dos princípios de eficiência, economicidade, inovação tecnológica e alinhamento com os objetivos institucionais.

Será aproveitada a infraestrutura já existente entre as unidades remotas e o servidor de dados da Seção de Tecnologia da Informação e Telecomunicações (TIT), promovendo a integração de voz e dados por meio de sistema Mídia Gateway, em rede lógica baseada em fibra óptica, switches e servidores. Tal modernização visa substituir a central telefônica Alcatel 4300M, atualmente descontinuada, por equipamentos atualizados e compatíveis, conforme especificado no Objeto deste Termo de Referência.

Com a implantação, espera-se ampliar a disponibilidade dos serviços, aumentar a capacidade de processamento de chamadas, ramais e entroncamentos digitais (TDM e IP/SIP), além de viabilizar novos recursos e serviços, atendendo à demanda atual e futura da instituição. A interligação das unidades será realizada via protocolo TCP/IP em sistema VoIP, garantindo a unificação das comunicações entre o Sesc Centro, Balneário, Cidade Nova e as unidades do interior, de modo que todas as chamadas internas sejam isentas de custo adicional.

Adicionalmente, o sistema permitirá a utilização de interfaces para chips de telefonia móvel GSM, provedores VoIP e SIP para chamadas nacionais (DDD) e internacionais (DDI), bem como a integração com soluções de mobilidade, como a plataforma Rainbow e o Microsoft Teams. Serão também implementados recursos de bilhetagem e tarifação IP centralizada na Administração Regional, favorecendo a gestão do consumo e a redução progressiva dos custos com telefonia no médio e longo prazo.

Essa modernização, além de sanar a obsolescência tecnológica da atual plataforma, representa investimento estratégico em inovação, eficiência e produtividade, em consonância com as diretrizes de racionalização e economicidade previstas na Resolução SESC nº 1.593/2024.

3 - ESCOPO DO PROJETO

3.1. O presente projeto tem por objeto a revitalização, modernização e integração das unidades do SESC localizadas em Manaus e no interior do Estado do Amazonas, mediante a formação de uma rede corporativa de telefonia.

3.2. Compreende-se a substituição da central telefônica Alcatel 4300M, atualmente obsoleta e descontinuada, pela implantação de um sistema de Voz sobre IP (VoIP), com migração tecnológica para o Servidor de Voz Mídia Gateway Alcatel-Lucent

OMNIPCX Office – OXO R6.2. Inclui-se a instalação de novos equipamentos, visando à constituição de uma rede corporativa convergente, utilizando a infraestrutura lógica existente (fibra óptica, switches e servidores) para a interligação do SESC Centro com as unidades remotas: SESC Balneário, SESC Cidade Nova e as unidades localizadas em Manacapuru, Itacoatiara, Presidente Figueiredo, Parintins, Tefé, Coari e Maués.

3.3. Na unidade administrativa (SESC Centro), serão instalados aparelhos telefônicos IP/SIP na Presidência, Gerências e demais setores, com a migração da rede de telefonia convencional em par metálico para a rede lógica de dados, promovendo a convergência para comunicação IP/SIP.

3.4. A unidade José Ribeiro Soares (SESC Balneário) será interligada ao SESC Centro por meio do sistema VoIP (fibra óptica, switch e servidor) já existente. Permanecerá em operação a central telefônica Alcatel-Lucent OXO Connect, atualmente funcional com ramais analógicos, digitais e IP, sendo necessária apenas a aquisição de licenças de software, sem substituição de equipamentos, uma vez que estes foram adquiridos recentemente.

3.5. Na unidade Cidade Nova, os ramais IP/SIP existentes permanecerão ativos na rede lógica local (switch PoE), com integração à central telefônica do SESC Centro, permitindo comunicação interna entre todas as unidades. Para chamadas externas, será utilizada a central do SESC Centro, por meio do link E1 da operadora atualmente contratada.

3.6. As unidades do interior do Amazonas serão integradas à rede corporativa por meio da infraestrutura lógica disponível (fibra óptica, switches e servidores), migrando para a central telefônica do SESC Centro, assegurando padronização e unificação da comunicação.

3.7. A execução do objeto não compreende, neste momento, a realização de obras civis estruturais ou intervenções elétricas de grande porte, limitando-se às adequações técnicas necessárias à instalação dos equipamentos. Caso seja identificada a necessidade de serviços dessa natureza durante a execução contratual, estes serão previamente formalizados e submetidos à análise da Administração.

4 - ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

4.1. A central telefônica deverá ser fornecida em conformidade com o objeto deste Termo de Referência, assegurando integração, compatibilidade de funcionamento e migração adequada com a infraestrutura existente no parque computacional;

4.2. Não serão admitidas soluções que não assegurem suporte técnico oficial, garantia

de atualização, estabilidade operacional e manutenção continuada. Poderão ser aceitas soluções baseadas em software proprietário ou em plataforma híbrida, desde que comprovadamente adequadas ao porte institucional, com garantia de suporte, atualização e atendimento aos requisitos deste Termo de Referência;

4.3. A central deverá suportar comunicação por protocolo TCP/IP, utilizando a infraestrutura de rede lógica de dados disponibilizada pela área de Tecnologia da Informação e Telecomunicações (fibra óptica, switches e servidores);

4.4. Deverá ser implantado sistema de Voz sobre IP (VoIP) em rede corporativa, com utilização de supressores (codecs) para voz e dados, assegurando qualidade e estabilidade da comunicação.;

4.5. Deverá haver fornecimento de aparelhos telefônicos IP/SIP compatíveis com a plataforma ofertada, homologados pelo fabricante da solução apresentada, incluindo suporte a mobilidade por meio de aplicativo próprio ou equivalente e integração com plataformas colaborativas, como Microsoft Teams;

4.6. A solução deverá prever capacidade de expansão futura para os seguintes recursos: Bluetooth, SIP, VPN, softphones para desktop, mobilidade de voz sem fio (VoWLAN), terminais DECT, integração com smartphones e tablets, interface para chips de telefonia móvel GSM, tarifação IP centralizada no site principal e gerenciamento remoto ou local. Todas as chamadas entre unidades deverão ser consideradas comunicações internas, sem custos adicionais para o Regional;

4.7. O sistema de telefonia IP/SIP deverá possuir certificado de conformidade técnica para telecomunicações, emitido pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) ou órgão regulador credenciado pela ANATEL;

4.8. Todos os equipamentos fornecidos deveram ser novos, sem uso anterior, e na última versão de hardware e software disponíveis no mercado;

4.9. O sistema de telefonia IP/SIP deverá ser baseado em Hardware e software. Não serão aceitas plataformas baseadas em software livre, devido aspectos de garantia de evolução e manutenção. A parte de software deverá ser fornecida junto ao hardware necessário para a implantação das funcionalidades integrantes do escopo de fornecimento, bem como para atendimento dos requisitos técnicos inclusos neste documento;

4.10. O sistema deverá ter sua capacidade final, incluindo as previsões de expansão exigidas, disponibilizadas por um único sistema, ou seja, não será admitido o fornecimento de equipamentos de menor capacidade associados entre si para fornecer a capacidade de números de ramais e troncos solicitados;

4.11. Deverá permitir a expansão das capacidades mencionadas, através de cluster de servidores, interligados entre si e operando como um sistema lógico único. Cada servidor do cluster deverá suportar a capacidade adequada para atendimento do Termo de Referência;

4.12. O sistema deverá permitir a adição futura de bastidores remotos ao sistema em localidades remotas, através do protocolo TCP/IP, compartilhando a infraestrutura de transmissão de dados, sem que seja necessária a sua substituição ou upgrade de versão. Para esta interligação não deverá existir a necessidade de hardware específico para protocolos de voz (E1, E&M, ISDN, etc.) nos equipamentos ativos da rede de dados, não sendo admitida a troca do equipamento (modelo/fabricante);

4.13. O sistema deverá permitir, através de recursos de hardware e software adequados, interligação a outras centrais do mesmo modelo ou de outros fornecedores por meio de tie-lines digitais, utilizando DPNSS, ISDN QSIG GF e ISDN QSIG BC;

4.14. O sistema deverá ser baseado em tecnologia de telefonia IP, IP/SIP com capacidade TDM e deverão permitir, através de recursos próprios de hardware e software adequados, utilizando a rede de dados corporativa da CONTRATANTE, interligação a outras centrais do mesmo ou de outros fornecedores por meio da tecnologia de voz sobre IP (VoIP);

4.15. O sistema deverá ser integrado a rede de dados corporativa da CONTRATANTE;

4.16. Os produtos deverão estar guarnecidos com todos os materiais complementares (conectores específicos, adaptadores especiais, encaixes, suportes, parafusos, etc.) que se fizerem necessários ao funcionamento integral dos mesmos;

4.17. O sistema deverá ter concepção modular, permitindo ampliações de troncos e ramais com a simples inclusão de dispositivos ou expansão de módulos;

4.18. As unidades de processamentos deverão possuir, pelo menos, 1 (uma) interface de rede RJ45 Gigabit;

4.19. As unidades de processamento poderão ser instaladas dentro dos gateways de voz, em gabinetes dedicados ou ainda em servidores padrão de mercado homologados pelo fabricante da solução de telefonia IP/SIP, bem como ser instalado em ambiente virtualizado utilizando VMware vSphere 5.1 ou superior;

4.20. Caso as unidades de processamento sejam ofertadas em servidores padrão de mercado, homologados pelo fabricante da solução de telefonia IP, estes deverão

possuir fontes redundantes, com chaveamento entre as fontes, com entrada automática em 110 e 220 VAC e frequência de 60Hz;

4.21. Os gateways de voz devem ser obrigatoriamente gerenciados e controlados pela unidade central de processamento e devem ser do mesmo fabricante do sistema de telefonia IP/SIP;

4.22. Quando fornecido gateways de voz para localidades remotas, os mesmos devem estar equipados com unidade de processamento operando em modo sobrevivência. Quando houver perda da comunicação IP/SIP entre a unidade remota e a unidade central, este módulo de sobrevivência deverá assumir o controle do gateway de voz remoto, mantendo 100% das funcionalidades telefônicas e ainda o armazenamento dos bilhetes de tarifação;

4.23. Os gateways de voz devem ser modulares permitindo a instalação de placas de ramais analógicos e digitais e placas de troncos analógicos e digitais em um mesmo gateway;

4.24. As placas de ramais e troncos instaladas nos gateways devem ser do tipo hot-swap, permitindo a instalação e remoção com o equipamento em funcionamento;

4.25. Os gateways de voz devem possuir fonte de alimentação interna operando em tensões 48VDC ou 110VAC e 220VAC;

4.26. Os gateways de voz deverão possuir padrão para montagem em rack de 19 polegadas, devendo estar incluídos todos os materiais e peças para a perfeita instalação no rack a ser fornecido pela CONTRATANTE;

4.27. Cada gateway de voz que for fornecido deverá possuir, pelo menos, 1 (uma) interface de rede RJ45 Gigabit e ainda possuir hardware dedicado para a utilização de compressores TDM/IP;

4.28. O sistema deverá permitir entroncamento com a rede pública de telefonia em enlaces de 2 Mbps, com sistema de sinalização de linha R2 Digital e ISDN;

4.29. O sistema deverá permitir facilidade DDR sem o uso de hardware adicional;

4.30. As interfaces de ramais analógicos (a/b) deverão permitir a utilização de telefone analógico padrão, através da seleção DTMF e do pulso de seleção, incluindo fax do grupo 3, secretárias eletrônicas e telefones sem fio;

4.31. O sistema deve possuir proteção contra sobre tensões e sobre correntes de acordo com o padrão ITU-T K.21;

4.32. Os produtos ofertados nas suas condições de fabricação, instalação e

operação, manutenção, funcionamento, alimentação, devem obedecer integralmente, às normas e recomendações em vigor, baixadas pelos órgãos oficiais competentes ou entidades autônomas na área (ANATEL, Ministério das Comunicações, etc), e ainda aquelas de entidades geradoras de padrões reconhecidas internacionalmente (ITU-T/CCITT, IETF, ISO, EIA-TIA), quando for o caso;

4.33. A contratada deverá realizar levantamento técnico prévio da infraestrutura existente, contemplando cabeamento, pontos elétricos, racks e condições estruturais, apresentando relatório técnico detalhado antes do início da implantação, com vistas à adequação da execução e à mitigação de riscos de aditivos;

4.34. Combinação de serviços telefônicos, de mensagens, dados e streaming de vídeo sobre uma rede IP;

4.35. Deverá ser interligada à rede de Dados do SESC – Seção de TI, obedecendo aos padrões de mercado dos equipamentos IP compatíveis com H.323, SIP, VPN, aceitar compressores de voz sobre IP (VoIP) e Imagem em tempo e mobilidade real;

4.36. Os troncos digitais E1 (G.703) deverão suportar os protocolos CAS (R2-Digital), ISDN, Qsig (padrão ISO e ETSI) e sinalização de registro Multi-frequencial Compelida (MFC);

4.37. Os ramais/telefones IP deverão suportar e aplicar os respectivos tag aos pacotes IP, DiffServ-L3 QoS, 802.IP QoS, 802.IP-VLAN;

4.38. A comunicação entre os prédios do SESC Centro, Balneário e Cidade Nova será através do protocolo de voz sobre IP (VoIP), implantado na Infraestrutura da rede lógica com utilização de Fibra Óptica, Switch's e Servidor de Dados da Seção de TI;

4.39. As centrais telefônicas deverão ser constituídas de equipamentos habilitados para atender a tecnologia de telefonia IP e TDM com capacidade de ramais e troncos IP (Central de Comunicação de Voz Híbrida) sem a utilização de equipamentos (gateway e gatekeeper) externos;

4.40. Deverá possuir capacidade de geração de ruído de conforto e percepção de atividade de voz (Voice Activity Detection) para a telefonia IP;

4.41. Deverá implementar seleção automática de rota. Em caso de indisponibilidade do link WAN ou de insuficiência de recursos (banda) para efetuar chamadas, neste caso a chamada será automaticamente encaminhada para a rede pública de telefonia (RTPC), permitindo a absorção, inserção ou modificação dos dígitos enviados;

4.42. A mesma interface de ramal analógico deverá aceitar a sinalização proveniente da seleção por pulsos ou frequências;

4.43. As Interfaces de ramais deverão realizar alimentação dos aparelhos de ramais analógicos e digitais;

4.44. A interligação dos ramais IP/SIP com a central telefônica deverá ser efetivada por meio da rede local;

4.45. Deverá suportar expansão em localidades remotas através de interface E1 – 2Mbps e enlace IP para funcionalidade transparente das facilidades;

4.46. O Aparelho telefônico IP/SIP terá as seguintes características: alimentação local ou remota de acordo com o padrão 802.3, porta para PC incorporada, implementação de QoS (interna ao terminal e prioridade para sinal de voz) “Tagging” nível 2, 802.3 P/Q e nível 3 ToS / DiffServ, atribuição dinâmica ou faixa de endereço IP;

4.47. Os equipamentos ofertados deverão ser conforme o que foi descrito no Objeto, em função da expansão e compatibilidade do que já possuímos no nosso parque de equipamentos.

4.48. MODELOS E CARACTERISTICAS DOS APARELHOS

4.48.1. TELEFONE IP TIPO 1 (IP/SIP)

- Deve possuir homologação ANATEL.
- Deve possuir teclado numérico de 12 (doze) teclas, incluindo * e #.
- Deve possuir display gráfico de LCD Matricial backlight com resolução mínima de 128x48 pixels.
- Deve exibir as informações no display em português brasileiro.
- Deve exibir data e hora do sistema, bem como nome ou número de quem está chamando.
- Deve possuir teclas de navegação de 04 (quatro) direções para utilização dos menus.
- Deve possuir tecla de validação ou tecla OK.
- Deve possuir 02 (duas) linhas SIP, conferência de áudio de 3 vias, hotspot SIP.
- Deve possuir agenda telefônica local com 1000 (mil) contatos, identificador de chamadas, chamada em espera, transferência de chamadas.
- Deve possuir agenda remota (XML/LDAP, 1000 entradas).
- Deve possuir registros de chamadas (Entradas/Saídas/Perdidas, para 600 entradas), Lista de bloqueados/Lista de permitidos.
- Deve possuir indicação de mensagem de voz em espera (VMWI).
- Deve possuir funções de: Chamada em Saída / Atender / Rejeitar, Silenciar / Ativar Som (Microfone), Chamada em Espera / Retomar, Chamada em Espera,

Interfone, Exibição do ID do Chamador, Discagem Rápida, Chamada Anônima (Ocultar o ID do Chamador), Encaminhamento de Chamadas (Sempre/Ocupado/Sem Resposta), Transferência de Chamadas (Atendidas/Desatendidas), Estacionamento/Captura de Chamadas (Dependendo do servidor), Rediscagem, Não Perturbe, Atendimento Automático, Mensagem de Voz (Com o servidor), Conferência de Áudio a Três e Linha Direta.

- Deve possuir 02 (duas) portas Ethernet Gigabit 10/100/1000 Mbps, a porta dupla deve estar em ponte para bypass de PC.
- Deve possuir Modos de endereçamentos IP em: IPv4, IPv6 e IPv4 & IPv6.
- Deve possuir configuração de IP: IP estático / DHCP / PPPoE.
- Deve possuir controle de acesso à rede: 802.1x.
- Deve possuir VPN: L2TP / OpenVPN, VLAN, LLDP, QoS, RTP XR (RFC3611) e VQ RTPXR (RFC6035).
- Deve suportar: SIP2.0 over UDP/TCP/TLS, RTP/RTCP/SRTP, STUN, DHCP, IPv6, LLDP, PPPoE, 802.1x, L2TP, OpenVPN, SNTP, FTP/TFTP, HTTP/HTTPS e TR 069.
- Deve possuir provisionamento Automático via FTP, TFTP, HTTP/HTTPS, DHCP e OPT66/SIP PNP/TR 069.
- Deve possuir Portal de gerenciamento via Web.
- Deve suportar Exportação/Importação de Configuração e Importação/Exportação de Lista Telefônica.
- Deve possuir 34 (trinta e quatro) teclas no total incluindo: 04 teclas programáveis, 07 teclas de função (Espera/Transferir/Conferência/Agenda/MWI/Fone de ouvido/Rediscagem), 02 teclas de linha (com luz indicadora de LED), 04 teclas de navegação, 01 tecla OK, 12 teclas de dígitos padrão do telefone, 03 teclas de controle de volume (Cima/Baixo/Mudo/Microfone) e 01 tecla de viva-voz.
- Deve possuir Microfone/Alto-falante HD Voice (Fone de Ouvido/Vivo, 0 ~ 7 KHz)
- Deve possuir Fone de Ouvido HAC.
- Deve possuir ADC/DAC de Banda Larga Amostragem de 16 KHz.
- Deve possuir Codec de Banda Estreita: G.711a/u, G.726-32K, G.729A, iLBC.
- Deve possuir Codec de Banda Larga: G.722, Opus.
- Deve possuir Cancelador de Eco Acústico (AEC) Full-duplex.
- Deve possuir Detecção de Atividade de Voz (VAD) / Geração de Ruído de Conforto (CNG)
- / Estimativa de Ruído de Fundo (BNE) / Redução de Ruído (NR).
- Deve possuir Ocultação de Perda de Pacotes (PLC).
- Deve possuir DTMF: Dentro da Banda, Fora da Banda – Relé DTMF (RFC2833).
- Deve possuir Monofone HD (RJ9).
- Deve possuir Luz indicadora de status x1 (vermelha).
- Deve possuir Entrada de energia CC: 5 V/0,6 A.
- Deve possuir consumo de energia: Inativo 0,9 a 1,65 W e de Pico 1,8 a 2,95 W.

- Deve suportar Temperatura de trabalho: 0 a 45 °C
- Deve suportar Umidade de trabalho: 10 a 95%.

4.48.2. TELEFONE IP TIPO 2 (IP/SIP)

- Deve possuir homologação ANATEL.
- Deve possuir teclado numérico de 12 (doze) teclas, incluindo * e #.
- Deve possuir display gráfico colorido de 2.4" LCD (liquid-crystal display) com resolução mínima de 320 x 240 pixels.
- Deve exibir as informações no display em português brasileiro.
- Deve exibir data e hora do sistema, bem como nome ou número de quem está chamando.
- Deve possuir teclas de navegação de 04 (quatro) direções para utilização dos menus.
- Deve possuir tecla para validação ou tecla OK.
- Deve possuir 04 linhas SIP, conferência de 3 vias, ponto de acesso SIP.
- Deve possuir Agenda telefônica local (500 entradas), Agenda telefônica remota (XML/LDAP, 500 entradas) e Registros de chamadas (Entradas/Saídas/Perdidas, 600 entradas).
- Deve possuir filtro de chamadas da lista negra/branca.
- Deve possuir Protetor de Tela.
- Deve possuir Indicação de mensagem de voz em espera (VMWI).
- Deve possuir teclas programáveis DSS/Softkeys e Sincronização de horário da rede.
- Deve ser compatível com gravação (via servidor).
- Deve possuir URL de ação / URI ativo e uaCSTA.
- Deve possuir funções de: Chamada em Saída / Atender / Rejeitar, Silenciar / Ativar Som (Microfone), Chamada em Espera / Retomar, Chamada em Espera, Interfone, Exibição do ID do Chamador, Discagem Rápida, Chamada Anônima (Ocultar o ID do Chamador), Encaminhamento de Chamadas (Sempre/Ocupado/Sem Resposta), Transferência de Chamadas (Atendidas/Desatendidas), Estacionamento/Captura de Chamadas, Rediscagem, Não Perturbe, Atendimento Automático, Mensagem de Voz (Com o servidor), Conferência de Áudio a Três e Linha Direta.
- Deve possuir 02 (duas) portas Ethernet Gigabit 10/100/1000 Mbps, a porta dupla deve estar em ponte para bypass de PC.
- Deve possuir Modo IP em IPV4.
- Deve possuir configuração de IP: IP estático / DHCP / PPPoE.
- Deve possuir controle de acesso à rede: 802.1x.
- Deve possuir VPN: L2TP / OpenVPN, VLAN, LLDP, QoS, RTCP XR (RFC3611) e VQ RTCPXR (RFC6035).

- Deve suportar: SIP2.0 over UDP/TCP/TLS, RTP/RTCP/SRTP, STUN, DHCP, IPv6, LLDP, PPPoE, 802.1x, L2TP, OpenVPN, SNTP, FTP/TFTP, HTTP/HTTPS e TR 069.
- Deve possuir provisionamento Automático via FTP, TFTP, HTTP/HTTPS, DHCP e OPT66/SIP PNP/TR 069.
- Deve possuir Portal de gerenciamento via Web.
- Deve suportar Exportação/Importação de Configuração e Importação/Exportação de Lista Telefônica.
- Deve possuir 34 (trinta e quatro) teclas no total incluindo: 04 teclas programáveis, 07 teclas de função (Espera/Transferir/Conferência/Agenda/MWI/Fone de ouvido/Rediscagem), 02 teclas de linha (com luz indicadora de LED), 04 teclas de navegação, 01 tecla OK, 12 teclas de dígitos padrão do telefone, 03 teclas de controle de volume (Cima/Baixo/Mudo/Microfone) e 01 tecla de viva-voz.
- Deve possuir Microfone/Alto-falante HD Voice (Fone de Ouvido/Vivo, 0 ~ 7 KHz).
- Deve possuir Amostragem ADC/DAC de Banda Larga de 16 KHz.
- Deve possuir Codec de Banda Estreita: G.711a/u, G.723.1, G.726-32K, G.729AB iLBC.
- Deve possuir Codec de Banda Larga: G.722.
- Deve possuir Cancelador de Eco Acústico (AEC) full-duplex.
- Deve possuir Detecção de Atividade de Voz (VAD), Geração de Ruído de Conforto (CNG), Estimativa de Ruído de Fundo (BNE) e Redução de Ruído (NR).
- Deve possuir Ocultação de Perda de Pacotes (PLC).
- Deve possuir DTMF: Dentro da Banda, Fora da Banda – Relé DTMF (RFC2833).
- Deve possuir Luz indicadora de status x1 (vermelha).
- Deve possuir Entrada de Energia CC: 5V/0,6A.
- Deve possuir Consumo de Energia: Inativo 0,9~1,65W e de Pico 1,8~2,95W.
- Deve suportar Temperatura de Trabalho: 0~45°C.
- Deve suportar Umidade de Trabalho: 10~95%.

5 - GARANTIA E SUPORTE TÉCNICO

5.1. A garantia dos equipamentos deverá ser ofertada diretamente pelo fabricante, assegurando autenticidade e procedência. O atendimento técnico deverá ser realizado por profissionais qualificados e certificados pelo próprio fabricante.

5.2. O serviço de garantia deverá ter duração mínima de 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega e aceite definitivo dos equipamentos, abrangendo cobertura integral de peças e componentes, exceto em casos de uso inadequado ou danos decorrentes de mau uso.

5.3. O fabricante deverá disponibilizar Central de Atendimento gratuita (0800 ou equivalente), para abertura de chamados de garantia, mantendo registros detalhados das ocorrências reportadas.

5.4. O suporte remoto (via telefone, e-mail, chat ou portal técnico) deverá estar disponível em regime 8x5 (oito horas por dia, cinco dias por semana), assegurando a rápida tratativa de incidentes.

5.5. O atendimento presencial (on-site) deverá estar disponível em todo o território nacional, sem custos adicionais de deslocamento, com prazo máximo de atendimento de até 24 (vinte e quatro) horas úteis a partir da abertura do chamado, ressalvadas localidades de difícil acesso, devidamente justificadas pela CONTRATADA.

5.6. Durante o período de garantia, toda peça ou componente defeituoso deverá ser substituído sem ônus para a CONTRATANTE, mediante análise técnica que comprove a necessidade. O fabricante deverá disponibilizar ferramentas adicionais de suporte online, incluindo acesso a atualizações, hotfixes, drivers, BIOS, firmware, sistemas operacionais e utilitários de diagnóstico e troubleshooting. Caso o atendimento seja prestado por assistência técnica autorizada, o fabricante deverá informar previamente a relação das empresas credenciadas, com nome e endereço, para fins de fiscalização.

5.7. Para fins de habilitação, caso o licitante não seja o fabricante, deverá apresentar documento oficial (declaração ou contrato) emitido pelo fabricante, atestando que está devidamente autorizado a comercializar e dar suporte aos equipamentos ofertados.

6 CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO:

6.1. A execução do objeto deve ser realizada conforme cronograma abaixo:

Tabela 2 – Cronograma de Execução

Fase	Atividades Principais	Responsável	Duração Estimada	Início Previsto	Término Previsto
1. Planejamento e Mobilização	Validação técnica da proposta, alinhamentos iniciais	CONTRATANTE + CONTRATADA	5 dias	Dia 1	Dia 5
2. Entrega de Equipamentos	Entrega física de todos os equipamentos : central telefônica, telefones IP/SIP, ramais, troncos digitais, etc.	CONTRATADA	25 dias	Dia 6	Dia 30
3. Montagem e Preparação	Montagem da central no rack, instalação elétrica e cabeamento	CONTRATADA	2 dias	Dia 31	Dia 32
4. Atualizações e Inicialização	Atualização de firmware, licenças e testes da central	CONTRATADA	1 dia	Dia 33	Dia 33
5. Configuração de Hardware	Configuração da central, integração com switches e	CONTRATADA	2 dias	Dia 34	Dia 35

e Rede	servidores				
6. Instalação de Terminais	Instalação de telefones IP/SIP, configuração de ramais	CONTRATADA	3 dias	Dia 36	Dia 38
7. Configuração e Integrações	Parametrização de troncos, integração com VoIP e Teams	CONTRATADA	2 dias	Dia 39	Dia 40
8. Migração do Ambiente Legado	Migração dos ramais da central antiga para a nova plataforma	CONTRATADA	2 dias	Dia 41	Dia 42
9. Testes e Validação Funcional	Testes de chamadas, conferência e bilhetagem	CONTRATADA + CONTRATANTE	3 dias	Dia 43	Dia 45

7 – INSTALAÇÃO

7.1. A instalação da Central deverá ser realizada nos seguintes endereços:

Tabela 3 – Lista de Endereços

UNIDADE	CIDADE	ENDEREÇO
SESC ADMINISTRAÇÃO	MANAUS	RUA HENRIQUE MARTINS 427 – CENTRO 69010-010
SESC BALNEÁRIO	MANAUS	AVENIDA CONSTATINOPLA – 288 – PLANALTO 69045-000
SESC CIDADE NOVA	MANAUS	AV. VISCONDE DE ITANHAEN, 94 - CIDADE NOVA 69090-340

7.2. A instalação dos equipamentos e infraestrutura necessárias para o fornecimento do serviço deve ser finalizada de acordo com o item 6.1 – Cronograma de Execução após a assinatura do contrato.

7.3. A instalação dos itens necessários a prestação dos serviços deverá ser realizada de segunda-feira a sexta-feira, no horário de 8:00h às 17:00 com acompanhamento de um representante da contratante;

7.4. Poderá ser realizada visita técnica previa para análise e levantamento das necessidades;

7.5. Para a operação dos serviços, deverão ser fornecidos pela empresa contratada todos os equipamentos necessários, bem como a instalação, configuração, detecção e correção de problemas;

7.6. As obras de infraestrutura interna no local de instalação do acesso (tubulações, de aterramento e energia) que se fizerem necessárias à instalação do acesso são de responsabilidade da contratada;

7.7. O Sesc-Am não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da empresa Contratada para terceiros, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros;

7.8. É vedado à licitante vencedora ceder, transferir a execução de parte ou de todo o objeto do presente instrumento, a qualquer título;

7.9. A instalação deverá atender conforme as tabelas e diagrama, as seguintes quantidades por unidade:

Tabela 4 – Distribuição do objeto por unidade

UNIDADE	TIPO DE RAMAL	QUANTIDADE	TOTAL DE RAMAIS	DETALHES DE FUNCIONALIDADE
SESC Centro	Ramais TDM Analógicos	96	126	Unidade principal que hospeda a central.
	Ramais IP/SIP	30		

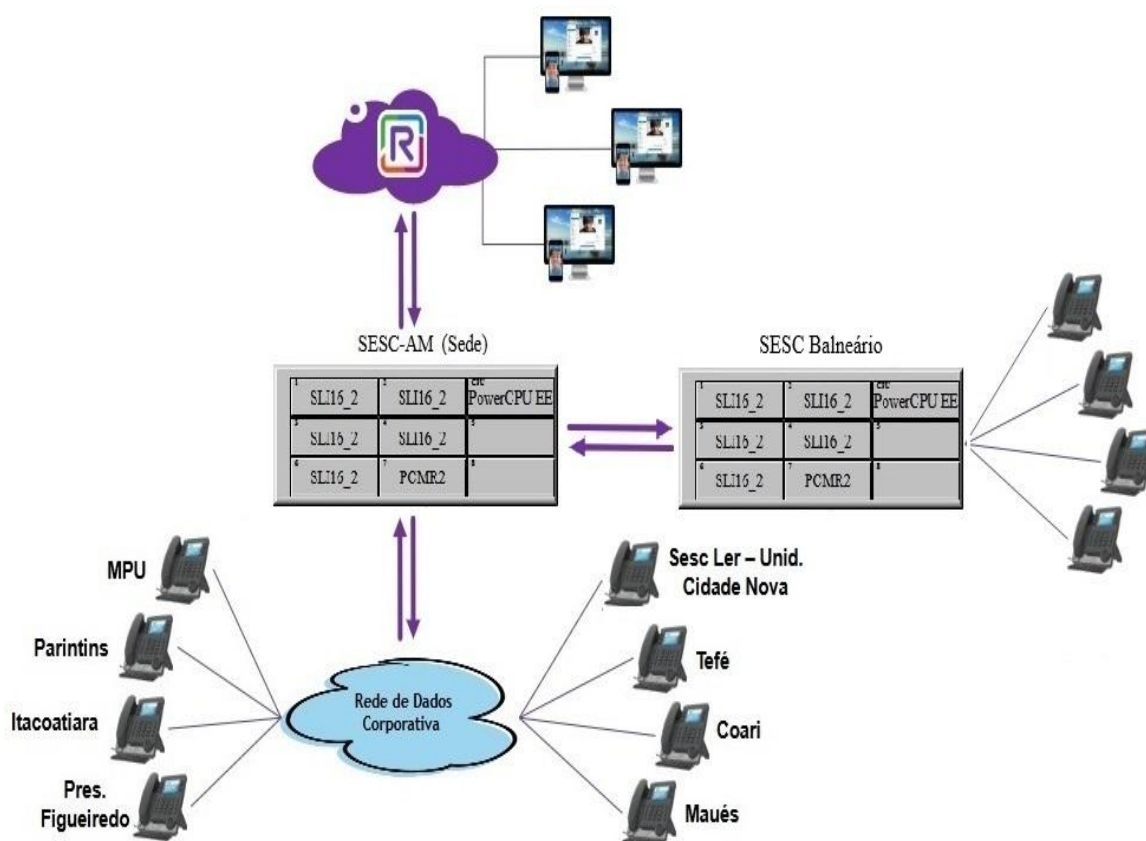
SESC Balneário	Interligação VoIP	Todos	N/A	Interligação via rede de voz sobre IP (VoIP) para todos os ramais.
SESC LER (Cidade Nova)	Ramais IP/SIP	4	4	Conectados via SESC Centro.
SESC Manacapuru	Ramais IP/SIP	4	4	Conectados via SESC Centro.
SESC Itacoatiara	Ramais IP/SIP	4	4	Conectados via SESC Centro.
SESC Presidente Figueiredo	Ramais IP/SIP	4	4	Conectados via SESC Centro.
SESC Parintins	Ramais IP/SIP	4	4	Conectados via SESC Centro.
SESC Maués	Ramais IP/SIP	4	4	Conectados via SESC Centro.
SESC Coari	Ramais IP/SIP	4	4	Conectados via SESC Centro.
SESC Tefé	Ramais IP/SIP	4	4	Conectados via SESC Centro.

Tabela 5 – Distribuição dos objetos digitais por unidade

UNIDADES ATENDIDAS	COMPONENTE	APLICAÇÃO PRINCIPAL	QUANTIDADE	DETALHES DE FUNCIONALIDADE
Todas as Unidades (via SESC Centro)	Troncos Digitais	Conexão com a Rede Pública	30 Canais (1 Link E1)	Permite até 30 chamadas externas simultâneas (de entrada ou saída) para toda a organização.
SESC Centro (principalmente)	Atendimento Automático (URA)	Recepção de Chamadas Externas	2 Sistemas	Direciona as ligações recebidas através de menus ("Disque 1 para...", "Disque 2 para..."). padrão de 10 MENU + 10 SUB-MENU

Todas as Unidades	Espera Musical	Retenção de Chamadas	1 Sistema	Música ou mensagem personalizada que o cliente ouve ao ser colocado em espera ou durante a transferência.
Usuários específicos (a definir)	Licenças Rainbow	Colaboração e Comunicação Unificada	10 Licenças	Permite chat, videochamada e integração com o status do Microsoft Teams para 10 usuários designados.

Figura 01 – Diagrama



8 – HABILITAÇÃO TÉCNICA

8.1. Para comprovação da aptidão para a execução do objeto desta licitação, a licitante deverá apresentar a documentação descrita a seguir, que atesta sua qualificação técnica operacional e profissional.

8.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA GERAL DA LICITANTE

8.2.1. Registro Profissional da Empresa

8.2.2. A licitante deverá apresentar REGISTRO PROFISSIONAL DA EMPRESA através de CERTIDÃO DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA válida junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) de seu estado de origem, comprovando que está regular e apta a executar os serviços objeto deste Edital.

8.2.3. Atestado(s) de Capacidade Técnica

8.2.3.1 Comprovar, através de ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA, a execução de serviços de implantação, migração ou modernização de sistema de telefonia corporativa IP/PABX, envolvendo, no mínimo, **50% (cinquenta por cento)** da quantidade total de ramais ou da complexidade técnica prevista neste Termo de Referência.

- a) Será admitida a apresentação de múltiplos atestados para comprovar a totalidade da experiência exigida.
- b) A licitante deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, incluindo, quando solicitado, cópia do contrato que deu origem ao serviço, razão social, endereço e contato do contratante.

8.2.4. Assistência Técnica Local

8.2.4.1. A licitante deverá apresentar declaração formal de compromisso de que, em caso de contratação, disponibilizará estrutura de assistência técnica local na cidade de Manaus/AM, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, garantindo suporte presencial e atendimento ao objeto contratado. A comprovação poderá ser realizada por meio da apresentação de pelo menos um dos

seguintes documentos:

8.2.4.2. Estrutura Própria: Cópia do Contrato de Locação ou da Escritura de imóvel comercial em nome da licitante, localizado em Manaus/AM, cópia do cartão CNPJ, acompanhado de uma conta de consumo recente (energia, água ou internet) que ateste a operacionalidade do endereço.

8.2.4.3. Contrato com Parceiro Técnico: Contrato de parceria ou de prestação de serviços de suporte técnico, firmado com empresa terceira sediada em Manaus/AM. O contrato deverá especificar claramente o escopo do suporte, incluindo o atendimento ao futuro contrato com o SESC, e estar acompanhado do Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral (CNPJ) da empresa parceira, que deve possuir CNAE compatível com serviços de tecnologia ou telecomunicações.

8.2.4.4. Vínculo com Profissional Residente: Comprovação de vínculo empregatício (CLT) ou de prestação de serviços com profissional técnico qualificado residente em Manaus/AM. A comprovação pode ser feita pela ficha de registro do empregado e um comprovante de residência em nome do profissional, ou por um contrato de serviço que inclua o endereço de atuação em Manaus.

8.2.4.5. A exigência de que a contratada possua estrutura de assistência técnica local na cidade de Manaus/AM é fundamentada na natureza crítica do sistema de telefonia para as operações do SESC Amazonas. A solução de voz sobre IP (VoIP) é um serviço essencial e de uso contínuo, cuja falha ou indisponibilidade pode comprometer não apenas a comunicação interna e externa, mas também o atendimento ao público e a articulação entre as unidades da capital e do interior. A presença de uma equipe local é, portanto, indispensável para assegurar o diagnóstico ágil e a intervenção presencial imediata em caso de falhas de hardware ou software, bem como para a substituição de componentes e a realização de ajustes finos que demandem atuação física. A dependência de um suporte remoto ou deslocado de outras localidades seria incompatível com a necessidade de rápido restabelecimento do serviço, elevando significativamente os riscos operacionais e o tempo de inatividade. Dessa forma, a exigência é tecnicamente justificada, proporcional à criticidade do objeto e necessária para garantir a qualidade e a eficiência na execução do contrato.

Parágrafo Único: O SESC reserva-se o direito de realizar, a qualquer momento, diligências ao local indicado ou contatar as empresas/profissionais mencionados para verificar a veracidade e a efetividade da estrutura de assistência técnica

declarada. A constatação de informações inverídicas resultará na desclassificação da licitante ou na aplicação das sanções contratuais cabíveis.

8.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA EQUIPE

8.3.1. Mão de obra especializada

8.3.1.1. A Licitante deverá comprovar a QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA EQUIPE (Mão de obra especializada), através de CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO (CAT) do profissional indicado como Responsável Técnico, emitida pelo CREA, devendo esta atender no mínimo os seguintes requisitos:

8.3.1.2. O profissional deverá ter formação como Engenheiro Eletrônico, Engenheiro de Telecomunicações ou Engenheiro de Comunicações.

8.3.1.3. O acervo deverá comprovar a execução de serviços compatíveis com o objeto, tais como instalação e manutenção de centrais telefônicas, implementação de ramais IP (VoIP) e configuração de sistemas PABX.

8.3.1.4. A licitante deverá comprovar o vínculo formal (sócio, empregado CLT ou prestador de serviço com contrato) do Responsável Técnico com a empresa, por meio de Contrato Social, cópia da CTPS ou contrato de prestação de serviços.

8.4. REQUISITOS TÉCNICOS ESPECÍFICOS (FABRICANTE ALCATEL LUCENT)

8.4.1. Credenciamento junto ao Fabricante

8.4.1.1. Apresentar comprovação de habilitação técnica junto ao fabricante da solução ofertada, quando aplicável, ou documento equivalente que comprove autorização, suporte oficial ou garantia técnica para implantação e manutenção do sistema.

8.4.1.2. Apresentar certificação técnica emitida pelo fabricante da solução ofertada, exclusivamente do profissional indicado como Responsável Técnico, comprovando sua capacitação para instalação, operação e manutenção da plataforma apresentada:

I. OMNI PCX Office (OXO) / OXO Connect (ACSR): Certificação para instalação, operação e manutenção da plataforma central.

II. RAINBOW: Certificação para a plataforma de colaboração.

III. Alcatel 4300 M (BR6) – Operação e Manutenção: Certificação para o equipamento legado.

Parágrafo único: A exigência de qualificação técnica (certificação e/ou acervo) referente à central Alcatel 4300M, embora descontinuada, é uma medida de prudência e gestão de risco. A migração de um sistema legado é um procedimento crítico que exige conhecimento profundo da plataforma de origem para garantir a extração correta de todas as configurações e a continuidade dos serviços de voz durante a transição (cutover). **A comprovada expertise no ambiente antigo é, portanto, indispensável para mitigar riscos de interrupções, perda de funcionalidades e atrasos no projeto, assegurando uma migração segura e sem impacto para as operações do SESC.**

8.5. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

8.5.1. Em complemento ao disposto na Seção 11 – Aceitabilidade da Proposta, que trata da visita técnica facultativa. A licitante que optar por realizá-la deverá apresentar, na fase de habilitação, o Atestado de Visita Técnica, conforme modelo a ser disponibilizado exclusivamente no edital (Anexo IV). O atestado deverá estar impresso em papel timbrado da empresa, devidamente preenchido e assinado pelo representante da licitante e pelo servidor responsável pela visita. Alternativamente, poderá ser apresentada a Declaração de Renúncia à Visita Técnica, conforme modelo constante do Anexo V do edital.

9 - NORMAS E PADRÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1. CONFORMIDADE TÉCNICA E NORMATIVA

A execução de todos os serviços de instalação, configuração, migração e ativação dos equipamentos deverá seguir rigorosamente as normas técnicas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e as boas práticas internacionais, garantindo a segurança, a qualidade e a interoperabilidade da solução. A CONTRATADA deverá assegurar que seus processos e profissionais sigam, no mínimo, as seguintes normas aplicáveis:

- I. **ABNT NBR 5410:** Instalações elétricas de baixa tensão, para garantir a correta e segura alimentação elétrica dos equipamentos e sistemas de aterramento.
- II. **ABNT NBR 14565:** Cabeamento Estruturado para Edifícios Comerciais e Data Centers, para toda a infraestrutura de conexão de dados e voz.
- III. **ABNT NBR ISO/IEC 27001 e 27002:** Sistemas de gestão da segurança da informação, aplicando os controles pertinentes para proteger a confidencialidade, integridade e disponibilidade das comunicações de voz.
- IV. **Recomendações da Anatel:** Para o uso e configuração de troncos digitais e serviços de telecomunicações.

Parágrafo Único: A CONTRATADA deverá, sempre que solicitado pela Fiscalização, apresentar documentos que comprovem a aderência a estas normas, como certificados de capacitação, projetos assinados com a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e manuais de procedimento.

9.2. CONDIÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO

9.2.1. Início dos Serviços: A CONTRATADA só poderá iniciar qualquer atividade de execução após a assinatura do Contrato e a realização de uma reunião de partida (kick-off) com a equipe técnica do SESC para alinhamento do plano de trabalho, cronograma e pontos de contato.

9.2.2. Aprovação de Materiais: Antes do início da instalação, a CONTRATADA deverá submeter à aprovação da Fiscalização os catálogos técnicos de todos os materiais e equipamentos a serem empregados. Somente serão aceitos materiais novos, de primeira qualidade e que atendam integralmente às especificações deste

Termo de Referência.

9.2.3. Segurança e Identificação: A CONTRATADA deverá fornecer a seus funcionários todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Coletiva (EPC) necessários. A equipe deverá estar devidamente uniformizada (colete ou camiseta com o logotipo da empresa) e portar crachá de identificação visível durante toda a permanência nas dependências do SESC.

9.2.4. Ordem e Limpeza: A execução dos serviços deverá ser planejada de modo a minimizar o impacto na circulação de pessoas e nas rotinas do SESC. Ficará a cargo da CONTRATADA a limpeza diária dos locais de trabalho, com a remoção de entulhos e resíduos gerados pela execução.

9.3. FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO PELO SESC

9.3.1. Autoridade da Fiscalização: O SESC designará fiscais (engenheiros e/ou técnicos) que terão autoridade para, em nome da instituição, realizar o acompanhamento, a orientação e a fiscalização dos serviços. Em caso de dúvidas ou divergências na interpretação das especificações, o parecer da Fiscalização será definitivo.

9.3.2. Responsável Técnico da Contratada: A CONTRATADA deverá manter um responsável técnico presente ou prontamente acessível durante todo o período de execução dos serviços, para interagir com a Fiscalização e coordenar as atividades da equipe.

9.4. PROJETO EXECUTIVO E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA (AS-BUILT / ART)

9.4.1. Após a assinatura do contrato e antes do início da instalação física dos equipamentos, a licitante vencedora deverá apresentar um Projeto Executivo de Instalação para validação e aprovação pela equipe técnica do SESC.

9.4.2. Ao término da implantação, este documento deverá ser atualizado para refletir o estado final da instalação, consolidando-se como a documentação "As-Built" (Como Construído). A entrega e aprovação desta documentação final é condição para o Recebimento Definitivo dos serviços.

9.4.3. O documento deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

a) **Topologia da Rede de Voz:** Diagrama detalhado mostrando a interconexão

da central PABX com os switches, servidores, gateways e as unidades remotas (Interior, Balneário, etc.).

- b) Plano de Endereçamento IP:** Tabela com a faixa de IPs, máscaras de sub-rede e gateways designados para todos os componentes da solução (servidor, telefones IP, gateways).
- c) Matriz de Ramais e Permissões:** Listagem completa de todos os ramais, seus respectivos usuários/setores e o perfil de permissões de chamada (local, celular, DDD, DDI).
- d) Configuração dos Troncos Digitais:** Detalhamento da configuração do Tronco SIP ou E1, incluindo parâmetros de sinalização e rotas de entrada/saída.
- e) Diagrama do Atendimento Automático (URA):** Fluxograma visual de todas as árvores do menu de atendimento ("Disque 1 para Vendas...").
- f) Plano de Segurança:** Descrição das medidas de segurança implementadas, como VLANs para a rede de voz, regras de firewall e políticas de acesso.
- g) Configuração das Integrações:** Detalhes da configuração da integração com o Microsoft Teams e a plataforma Rainbow.

9.4.4. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)

A CONTRATADA deverá providenciar a emissão da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) referente à execução dos serviços de instalação e configuração do sistema de telefonia objeto desta licitação. A ART deverá ser registrada junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas (CREA-AM).

- a)** O documento deverá ser emitido em nome do profissional qualificado que atuará como Responsável Técnico pela execução do projeto.
- b)** Conforme instituído pela Lei Federal nº 6.496/1977 e pelas resoluções do CONFEA, empresas de outros estados deverão obter o visto do profissional responsável no CREA-AM para a emissão da ART local.
- c)** Uma cópia da ART devidamente registrada deverá ser entregue à Fiscalização do SESC antes do início dos serviços de instalação física dos

equipamentos, sendo esta uma condição indispensável para o prosseguimento do cronograma.

10- CRITÉRIOS TÉCNICOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1. A seleção da proposta mais vantajosa para o objeto deste Termo de Referência ocorrerá por meio de Pregão Eletrônico, com critério de julgamento de **MENOR PREÇO GLOBAL**, conforme previsto no art. 9º, §3º da Resolução SESC nº 1.593/2024, considerando a natureza técnica e integrada dos itens agrupados neste Termo de Referência. A escolha do critério justifica-se pela necessidade de aquisição conjunta dos componentes que compõem cada solução ofertada, de modo a garantir compatibilidade técnica, desempenho e uniformidade na implementação e no suporte.

10.2. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade do objeto, estão previstos no Edital e Anexos.

10.3. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no Edital e Anexos.

10.4. Adicionalmente aos requisitos gerais, a qualificação técnica da licitante é requisito indispensável para a seleção do fornecedor e será avaliada com base no atendimento integral a todas as exigências de capacidade técnica operacional e profissional detalhadas e dispostas na **Seção 8 – Habilitação**, deste Termo de Referência. A referida seção estabelece os requisitos mínimos relativos a:

- a) Atestados de Capacidade Técnica compatíveis com o objeto;
- b) Registro da empresa e do responsável técnico no CREA;
- c) Credenciamento e certificações específicas do fabricante (Alcatel-Lucent);
- d) Comprovação de assistência técnica local em Manaus/AM.

Parágrafo Único: A ausência ou irregularidade de qualquer documento exigido nas fases de habilitação ou aceitabilidade da proposta, seja de qualificação geral ou técnica, resultará na desclassificação da licitante, conforme os termos do Edital e da legislação aplicável.

11– ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

11.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar a visita técnica nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 17 horas. **Devendo ser previamente agendada junto à Seção de Tecnologia da Informação e Telecomunicações do SESC/AM até 24h (vinte e quatro) horas da visita**, através dos telefones: (92) 2121-9560 / 99407-2593.

11.2. A visita aos locais dos serviços é facultativa;

11.3. O prazo para visita técnica iniciar-se-á no dia útil seguinte a publicação deste Aviso de Licitação estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

11.4. Fica esclarecido que a não realização da visita por representantes dos Interessados, não habilitados ou que não possuam conhecimento técnico dos serviços previstos neste documento, não será motivo para alegações de desconhecimento dos mesmos, suas características, condições de execução, materiais, equipamentos e mão de obra a serem utilizados etc. O SESC/AM, a qualquer tempo, não acatará qualquer reclamação e/ou reivindicação a este título.

11.5. Para a visita técnica o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua representação, tais como: procuração, contrato social etc.

11.6. Será disponibilizado no Edital do certame o modelo de **Atestado de Visita Técnica (Anexo IV)**, que deverá ser apresentado em papel timbrado da licitante, devidamente preenchido e assinado pelo representante da empresa e pelo servidor responsável pela vistoria. Alternativamente, a licitante poderá apresentar **Declaração de Renúncia à Visita Técnica**, conforme modelo constante do **Anexo V** do mesmo edital.

11.7. A não realização da visita técnica não acarretará qualquer inabilitação ou penalidade aos interessados, por se tratar de uma faculdade conferida aos licitantes.

11.8. De todo modo, a licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

12– ACEITABILIDADE DO OBJETO

12.1. O recebimento do objeto contratual ocorrerá em etapas distintas, alinhadas aos prazos de execução e vigência do contrato.

12.2. ETAPA 1: RECEBIMENTO DOS EQUIPAMENTOS (DENTRO DO PRAZO DE EXECUÇÃO)

12.2.1. Após a entrega de todos os equipamentos (ocorrida em até 30 dias da Autorização da Fiscalização do Contrato), a Fiscalização realizará a inspeção minuciosa de todos os equipamentos recebidos, por meio de profissionais técnicos, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a conformidade dos itens e emitirá o "Termo de Recebimento de Equipamentos", que dará início ao prazo para a execução dos serviços.

12.3. ETAPA 2: CONCLUSÃO DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO PROVISÓRIO DO SERVIÇO (MARCO FINAL DOS 45 DIAS)

12.3.1. Ao final dos 15 dias destinados aos serviços, e tendo concluído toda a instalação, configuração, migração, testes e entrega da documentação "As-Built", a CONTRATADA solicitará formalmente o recebimento provisório.

12.3.2. A Fiscalização realizará os testes de aceite para validar a funcionalidade completa do sistema.

12.3.3. Para efeito de Recebimento Provisório dos Serviços, ao final da execução dos serviços contratados, o fiscal técnico designado deverá avaliar a conformidade da entrega com os parâmetros estabelecidos neste Termo de Referência, considerando especialmente a instalação, configuração e funcionamento dos equipamentos. Caso aplicável, a análise poderá incluir a verificação da qualidade técnica dos serviços prestados, sendo seus resultados registrados em relatório técnico específico, a ser encaminhado ao gestor do contrato. O aceite provisório dependerá da aprovação deste relatório.

12.3.4. Sanadas eventuais pendências, a Fiscalização emitirá o "Termo de Recebimento Provisório dos Serviços".

12.3.5. A emissão do Termo de Recebimento Provisório atesta o cumprimento do prazo de execução contratual de 45 dias.

12.4. ETAPA 3: PERÍODO DE OBSERVAÇÃO E RECEBIMENTO DEFINITIVO (DENTRO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL)

12.4.1. A partir da data do Recebimento Provisório, iniciará um período de observação de 30 (trinta) dias corridos, durante o qual o sistema operará em produção sob acompanhamento da Fiscalização para verificação de estabilidade e desempenho. Este período ocorre dentro da vigência contratual de 12 meses.

12.4.2. Durante o período de observação, a CONTRATADA deverá corrigir, sem ônus adicionais e nos prazos definidos pela Fiscalização, quaisquer vícios, defeitos ou instabilidades que venham a ser identificados.

12.4.3. Decorrido o período de observação com o sistema em pleno funcionamento, a Fiscalização emitirá o "**Termo de Recebimento Definitivo**" que servirá como marco para o início da contagem do prazo de garantia dos serviços e equipamentos.

12.4.4. O Recebimento Definitivo somente será realizado após a plena conclusão do objeto contratado, contemplando a entrega dos equipamentos, instalação, configuração e demais serviços previstos neste Termo de Referência.

12.5. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A RESPONSABILIDADE

12.5.1. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

13- OBRIGAÇÕES DAS PARTES

13.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

13.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

13.1.2. Designar formalmente, por ato administrativo, o fiscal do contrato e seu substituto, devidamente identificados, os quais serão responsáveis pelo acompanhamento, controle e fiscalização da execução contratual.

13.1.3. Exercer, por meio do fiscal do contrato ou comissão designada, o

acompanhamento e a fiscalização da execução dos serviços, registrando em documento próprio as falhas detectadas, indicando data, local e empregados envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

13.1.4. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

13.1.5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do objeto desta licitação, no prazo e condições estabelecidas;

13.1.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

- I. Exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
- II. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;
- III. Considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio Sesc, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

13.1.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

13.1.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

13.1.9. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

13.1.10. Emitir a Autorização da Fiscalização do Contrato e demais documentos necessários à execução contratual em tempo hábil, respeitando o cronograma físico-financeiro previsto.

13.1.11. Disponibilizar o ambiente físico e lógico com infraestrutura adequada (espaço, energia, rede, segurança e refrigeração) para a instalação dos equipamentos e realização dos serviços.

13.1.12. Indicar, formalmente, os responsáveis técnicos pelo acompanhamento e interlocução com a CONTRATADA durante as fases de instalação, configuração, testes e operação assistida.

13.1.13. Emitir, após verificação técnica da área requisitante, o Termo de Recebimento dos Equipamentos, formalizando a entrega física do objeto e permitindo a contagem dos prazos contratuais, conforme estabelecido neste Termo de Referência.

13.1.14. Emitir, o Termo Circunstanciado de Recebimento dos Serviços, após a conclusão das etapas de instalação, configuração, testes e operação assistida, atestando a conformidade da execução com os requisitos técnicos estabelecidos neste Termo de Referência.

13.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

13.2.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

13.2.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

13.2.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente em sua integralidade, ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos;

13.2.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

13.2.5. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

13.2.6. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

13.2.7. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

13.2.8. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

13.2.9. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

13.2.10. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

13.2.11. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações do Sesc, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

13.2.12. Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

13.2.13. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

13.2.14. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.2.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

13.2.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

13.2.17. Garantir que todos os equipamentos fornecidos sejam novos, originais de fábrica, livres de vícios, recondicionamentos ou remanufatura, apresentando documentação de origem e conformidade técnica, sempre que solicitado.

13.2.18. Apresentar, em até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, o plano detalhado de execução dos serviços, contendo cronograma atualizado, equipe envolvida e metodologias a serem aplicadas.

13.2.19. Garantir a emissão, manutenção e entrega à CONTRATANTE da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) relativa à execução dos serviços, conforme legislação profissional vigente.

13.2.20. Disponibilizar treinamentos presenciais ou remotos à equipe técnica da CONTRATANTE, abrangendo operação básica, administração do sistema e procedimentos de contingência.

13.2.21. Manter equipe de suporte técnico remoto disponível durante a execução do contrato e após a entrega provisória, respeitando o prazo máximo de resposta de até 4 (quatro) horas úteis para incidentes críticos.

13.2.22. Responder integralmente pela confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações trafegadas no sistema implantado, sendo vedada sua utilização para qualquer outra finalidade que não a prevista no contrato.

14 - DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

14.2. É VEDADA A SUBCONTRATAÇÃO COMPLETA OU DA PARCELA PRINCIPAL DA OBRIGAÇÃO, sendo que nos serviços que envolvam mão de obra com dedicação exclusiva, essa parte não poderá ser subcontratada.

15 - CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

15.1. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada.

15.2. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.3. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

15.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções.

15.5. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.

15.6. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.7. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.8. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.9. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com

menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.10. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

16 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

16.1. As penalidades serão estabelecidas e dosadas no instrumento convocatório, notadamente nas cláusulas contratuais, sendo que o inadimplemento total ou parcial das obrigações contratuais assumidas dará ao CONTRATANTE o direito de rescindir unilateralmente o contrato, sem prejuízo de outras penalidades previstas no instrumento convocatório ou no contrato.

16.2. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa do Sesc à continuidade do contrato.

16.3. As penalidades aplicáveis à CONTRATADA incluem, mas não se limitam a:

16.3.1. Advertência: Em caso de inadimplemento total ou parcial das obrigações contratadas.

16.3.2. Multa por Atraso: Aplicável em caso de atraso na entrega ou indisponibilidade dos serviços, conforme tabela a ser especificada no contrato.

16.3.3. Multa por Inadimplemento: Até 10% do valor total do contrato, conforme detalhado no contrato.

16.3.4. Rescisão Unilateral: Em caso de descumprimento grave das obrigações.

16.3.5. Impedimento de Licitar: Por até 3 anos, conforme regulamentação interna da CONTRATANTE.

16.3.6. Aplicação Cumulativa: As penalidades são independentes e podem ser aplicadas cumulativamente.

16.3.7. Desconto de Multas: Serão descontadas dos pagamentos devidos à CONTRATADA.

16.3.8. Cobrança Judicial: As multas não pagas poderão ser cobradas judicialmente.

16.3.9. Exceções: Multas não serão aplicadas em casos de força maior ou caso fortuito devidamente justificados.

16.3.10. Perdas e Danos: A CONTRATANTE poderá exigir perdas e danos conforme o Código Civil.

16.3.11. Responsabilidade por Danos: A CONTRATADA responderá por eventuais danos causados pelos serviços prestados.

17 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

17.1. O pagamento estará condicionado ao atesto da fiscalização técnica, que verificará o cumprimento integral do objeto conforme os critérios de qualidade, quantidade e conformidade estabelecidos neste Termo de Referência.

17.2. O pagamento, será realizado pela CONTRATANTE no prazo de 15 (quinze) dias úteis, **contados a partir do ateste da Nota Fiscal.**

17.3. Para o fornecimento dos equipamentos, o pagamento será realizado em **parcela única**, após a entrega integral dos equipamentos, acompanhada da documentação técnica exigida (manuais, certificados de garantia, conformidade, catálogos, etc.), e da emissão do **Termo de Recebimento de Equipamentos** pela área técnica do SESC, atestando a conformidade do material entregue com as especificações constantes neste Termo de Referência.

17.4. Para os serviços de instalação, configuração, migração e testes, o pagamento será realizado em **parcela única**, após a conclusão integral dos serviços e da emissão do **Termo de Recebimento Provisório dos Serviços**, desde que cumpridos todos os requisitos técnicos e operacionais previstos neste Termo de Referência.

17.5. Quando houver glosa parcial dos serviços, a CONTRATANTE deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

17.6. As demais condições de pagamento e reajustes estão definidas na minuta contratual.

18 - DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1. O presente Termo de Referência constitui documento orientador para a elaboração do edital, análise das propostas, contratação e fiscalização da execução contratual, devendo ser observado integralmente pela CONTRATADA e pela CONTRATANTE.

18.2. Os casos omissos neste Termo de Referência serão resolvidos com base na Resolução SESC nº 1.593/2024, demais normas internas vigentes e nos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade, eficiência e interesse público.

18.3. Em caso de divergência entre os documentos que compõem o processo de contratação, prevalecerá a seguinte ordem de prioridade: (i) o contrato, (ii) o edital, (iii) este Termo de Referência, (iv) a proposta da empresa vencedora.

18.4. As obrigações contratuais assumidas pelas partes terão início a partir da assinatura do contrato, sendo a execução vinculada à emissão da **Autorização da Fiscalização do Contrato** pela CONTRATANTE, nos prazos e condições estabelecidos majoritariamente em contrato e respeitando o disposto em Edital, Termo de Referência e demais anexos deste processo.

18.5. Fica eleito o foro da sede do SESC Regional responsável pela contratação, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir eventuais controvérsias de natureza contratual, sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle e fiscalização competentes.

ALDENIR BARROS FREIRE
Coordenador da Seção de Tecnologia da
Informação e Telecomunicações do
SESC/AM

ANEXO II
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 072/2025
MODELO DE PROPOSTA DE COMERCIAL
(papel timbrado da firma)

Ao
Serviço Social do Comércio – SESC/AM
Seção de Compras e Contratos

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TEL:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MODERNIZAR A INFRAESTRUTURA DE TELEFONIA DO SESC AMAZONAS, INCLUINDO O FORNECIMENTO, IMPLANTAÇÃO E MIGRAÇÃO PARA A SOLUÇÃO DE COMUNICAÇÃO POR VOZ ALCATEL-LUCENT OMNIPCX OFFICE (OXO) CONNECT R6.2 OU SUPERIOR, COM INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DE TERMINAIS TELEFÔNICOS IP, VISANDO À SUBSTITUIÇÃO DA CENTRAL PABX EXISTENTE E À INTERLIGAÇÃO DAS UNIDADES POR MEIO DE TECNOLOGIA VOIP, ASSEGURANDO A CONTINUIDADE OPERACIONAL E O ATENDIMENTO ÀS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.

1. DECLARAÇÃO DE PROPOSTA

Pelo presente instrumento, propomos o fornecimento dos bens e serviços, em estrita conformidade com o Termo de Referência, Edital e seus anexos, ofertando os valores conforme tabela a seguir:

2. TABELA DE PREÇOS

Item	Descrição	Especificação Técnica	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	CENTRAL TELEFÔNICA SERVIDOR DE VOZ/DADOS E ALCATEL-LUCENT OMNIPCX OFFICE CONNECT OXO	Central telefônica do tipo servidor de voz com tecnologia atual, modelo PowerCPU EE IP/SIP/TDM Mídia Gateway, Alcatel-Lucent OmniPCX Office OXO Connect Release R6.2, com convergência de voz sobre IP (VoIP). Deve suportar até 62 (sessenta e dois) telefones IP/SIP , conforme especificação dos itens 2 e 3 desta planilha, os quais não integram o ativo, devendo ser cotados separadamente. Configuração mínima:	1		

		<ul style="list-style-type: none"> - 096 ramais analógicos - 030 troncos digitais Link E1 R2 Digital, ISDN ou SIP (01 Link E1) - 002 sistemas de atendimento automático (10 menus + 10 submenus) - 010 licenças Rainbow válidas por 60 meses - Possibilidade de integração com o Microsoft Teams 			
2	TELEFONES IP/SIP TIPO 1	Telefone IP/SIP Gigabit Ethernet com licença de software Open SIP, compatível com a central do item 1.	50		
3	TELEFONES IP/SIP TIPO 2	Telefone IP/SIP Gigabit Ethernet com licença de software Open SIP, compatível com a central do item 1.	12		
4	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO	Deve contemplar as fases de: implantação, migração, instalação, configuração, validação e testes de funcionamento integral do sistema (central e telefones IP/SIP).	1		
VALOR GLOBAL DA PROPOSTA					R\$

3. PRAZOS E CONDIÇÕES

Prazo de entrega e execução: Conforme prazos estabelecidos em Termo de Referência (Item 1.6);

Garantia: Conforme estabelecido em Termo de Referência (Item 5);

Validade da Proposta: 90 Dias

Forma de pagamento:

O pagamento, será realizado pela CONTRATANTE no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do ateste da Nota Fiscal.

As condições de pagamento estão detalhadas no item 17 do Termo de Referência.

3. DADOS BANCÁRIOS

Nome do banco/Nome da agência/N.º da agência/N.º da conta corrente

4. DECLARAMOS QUE ESTAMOS DE ACORDO COM OS SEGUINTE ITENS:

- 1) No preço acima estão inclusos todos os impostos, seguros, frete, taxas e quaisquer outras despesas relacionadas ao objeto.
- 2) A proposta apresentada contempla todas as exigências formais, especificações e condições constantes no Termo de Referência.
- 3) Esta proposta tem validade de, no mínimo, **90 (noventa) dias**.
- 4) Que nos responsabilizamos pela veracidade das informações e documentos apresentados, cientes das penalidades legais.
- 5) O abaixo assinado declara estar ciente de que não lhe caberá direito de exigir nenhuma multa ou indenização financeira, caso o Sesc-Am decida não o contratar.

Cidade/UF, XX de XXXXXXXX de 2026.

Carimbo (ou nome legível) e assinatura do Representante legal

ANEXO III

MINUTA DE CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 072/2025 - PGE

O SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO – SESC, Departamento Regional do Amazonas, instituição de Direito Privado, criado pelo Decreto Lei nº 9.853 de 13/09/1946, com sede no Município de Manaus, Estado do Amazonas, situado na Rua Henrique Martins, nº 427, Bairro: Centro, CEP: 69.010-010, inscrito sob o CNPJ nº 03.965.963/0001-18, é mantido e administrado pelo empresário do comércio, neste ato representado pela XXXX, nos termos da Resolução nº 0322/2023, Sr.^a **XXXXXX**, XXX, XXXXX, XXX, portadora do CPF nº XXXXX e da Carteira de Identidade nº XXXX XXX/XXX, residente e domiciliada nesta cidade, doravante denominada “**CONTRATANTE**”, e a empresa **XXXXXX**, situada na Rua XXXXX, nº XX, bairro XXXX, CEP: XXXXXX, inscrita sob o CNPJ nº XXXXX e neste ato representada pelo Sr. **XXXXXX**, XXXX, XXX, XXXXX, XXXX, portador da Carteira de Identidade XXXXXX XX/XX e CPF nº XXXXX, residente e domiciliado na XXXXX, nº XXXX, bairro XXXX, XXX/XXX, doravante denominado “**CONTRATADA**” neste ato resolvem celebrar o presente instrumento, que será regida pelo Regulamento de Licitações e Contratos do SESC, Resolução SESC nº 1.593/2024, de 02/05/2024, aprovada pelo Conselho Nacional do Serviço do Comércio, e pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MODERNIZAR A INFRAESTRUTURA DE TELEFONIA DO SESC AMAZONAS, INCLUINDO O FORNECIMENTO, IMPLANTAÇÃO E MIGRAÇÃO PARA A SOLUÇÃO DE COMUNICAÇÃO POR VOZ ALCATEL-LUCENT OMNIPCX OFFICE (OXO) CONNECT R6.2 OU SUPERIOR, COM INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DE TERMINAIS TELEFÔNICOS IP, VISANDO À SUBSTITUIÇÃO DA CENTRAL PABX EXISTENTE E À INTERLIGAÇÃO DAS UNIDADES POR MEIO DE TECNOLOGIA VOIP, ASSEGURANDO A CONTINUIDADE OPERACIONAL E O ATENDIMENTO ÀS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS** e condições estabelecidas no termo de referência e demais anexos do **PREGÃO ELETRÔNICO nº 072/2025** e proposta apresentada.

1.2. A tabela a seguir define as quantidades necessarias para cada item:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
CENTRAL TELEFÔNICA	SISTEMA DE COMUNICAÇÃO CENTRAL TELEFÔNICA HÍBRIDA	CENTRAL TELEFÔNICA SERVIDOR DE VOZ/DADOS E ALCATEL-LUCENT OMNIPCX OFFICE CONNECT OXO	UND	1
	RAMAIS ANALÓGICOS	RAMAIS ANALÓGICOS	UND	96
	TELEFONES IP/SIP TIPO 1	TELEFONES IP/SIP GIGABIT ETHERNET COM LICENÇAS DE SOFTWARE OPEN SIP	UND	50
	TELEFONES IP/SIP TIPO 2	TELEFONES IP/SIP GIGABIT ETHERNET COM LICENÇAS DE SOFTWARE OPEN SIP	UND	12
	TRONCOS DIGITAIS	TRONCOS DIGITAIS LINK E1 R2 DIGITAL	UND	30
	SISTEMAS DE ATENDIMENTO AUTOMÁTICO	SISTEMAS DE ATENDIMENTO AUTOMÁTICO PADRÃO DE 10 MENU + 10 SUB-MENU	UND	2
	LICENÇAS DE RAINBOW	LICENÇAS DE RAINBOW PARA 60 MESES E POSSIBILIDADE DE INTEGRAÇÃO COM O TEAMS	UND	10
	ESPERA MUSICAL	ESPERA MUSICAL PARA RETENÇÃO DAS CHAMADAS EXTERNAS	UND	1
SERVIÇO FASE: IMPLANTAÇÃO E MIGRAÇÃO	INSTALAÇÃO E ATIVAÇÃO DA CENTRAL TELEFÔNICA	MONTAGEM EM RACK, ATIVAÇÃO DO SERVIDOR DE VOZ (OXO CONNECT) E INTEGRAÇÃO COM A INFRAESTRUTURA EXISTENTE	SV	1
	MIGRAÇÃO DE SISTEMA	MIGRAÇÃO COMPLETA DA CENTRAL ALCATEL 4300M, INCLUINDO RAMAIS, ROTAS E CONFIGURAÇÕES, PARA A NOVA PLATAFORMA	SV	1
	INTERLIGAÇÃO DAS UNIDADES (VOIP)	CONFIGURAÇÃO DA REDE VOIP PARA CONECTAR TODAS AS UNIDADES DO SESC AMAZONAS (CAPITAL E INTERIOR) À NOVA CENTRAL	SV	1

SERVIÇO FASE: INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO	INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DE RAMAIS ANALÓGICOS	JUMPEAMENTO NO PATCH PANEL E CONFIGURAÇÃO DOS 96 RAMAIS ANALÓGICOS NA NOVA CENTRAL	SV	1
	INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DE APARELHOS IP	INSTALAÇÃO FÍSICA E CONFIGURAÇÃO LÓGICA DOS 62 APARELHOS IP (TIPO 1 E TIPO 2) NAS UNIDADES	SV	1
	INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DE APARELHOS IP CONFIGURAÇÃO DE TRONCOS DIGITAIS	ATIVAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DO LINK E1 COM 30 TRONCOS DIGITAIS NA NOVA PLATAFORMA	SV	1
	CONFIGURAÇÃO DE RECURSOS ADICIONAIS	IMPLANTAÇÃO DOS SISTEMAS DE ATENDIMENTO AUTOMÁTICO, ESPERA MUSICAL E ATIVAÇÃO DAS LICENÇAS RAINBOW	SV	1
SERVIÇO FASE: VALIDAÇÃO E ENCERRAMENTO	TESTES	EXECUÇÃO DE TESTES COMPLETOS EM TODA A SOLUÇÃO, VISTORIA TÉCNICA E FORMALIZAÇÃO DE ENTREGA	SV	1

1.3. A **CONTRATADA** deverá manter durante a vigência deste Contrato as condições de habilitação apresentadas no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 72/2025 -PGE**, em especial a regularidade fiscal.

1.4. A **CONTRATADA** não poderá alegar desconhecimento, no todo ou em parte, das regras estabelecidas no **TERMO DE REFERÊNCIA** do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 72/2025 -PGE**, sob pena de sofrer as sanções legais.

CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1. O valor total do presente Contrato é de **R\$ XXX (valor por extenso)**, conforme as condições estabelecidas no **TERMO DE REFERÊNCIA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 72/2025 – PGE**, e será pago da seguinte forma:

a) O pagamento relativo ao fornecimento dos equipamentos será realizado em parcela única, após a entrega integral dos bens, devidamente acompanhados da documentação técnica exigida (manuais, certificados de garantia e conformidade, catálogos,

entre outros), e mediante emissão do Termo de Recebimento de Equipamentos pela área técnica do Sesc/AM, atestando a conformidade com as especificações contratuais;

b) O pagamento referente aos serviços de instalação, configuração, migração e testes será efetuado em parcela única, após a conclusão integral dos serviços e emissão do Termo de Recebimento Provisório dos Serviços, desde que cumpridos todos os requisitos técnicos e operacionais previstos no **TERMO DE REFERÊNCIA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 72/2025 – PGE**;

c) Os valores correspondentes aos serviços de manutenção e suporte subsequentes à instalação, quando houver, serão pagos mensalmente, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data do atesto da Nota Fiscal/Fatura pelo fiscal do contrato, em conta bancária de titularidade da **CONTRATADA** indicada na respectiva Nota Fiscal.

2.2. O pagamento ficará condicionado ao atesto da fiscalização técnica, que verificará o cumprimento integral do objeto, observando os critérios de qualidade, quantidade e conformidade estabelecidos no **TERMO DE REFERÊNCIA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 72/2025 – PGE**.

2.3. Quando houver glosa parcial dos serviços, a **CONTRATANTE** comunicará formalmente à **CONTRATADA**, que deverá emitir nova Nota Fiscal/Fatura com o valor ajustado.

2.4. As Notas Fiscais deverão ser emitidas entre os dias 1 e 20 de cada mês. Notas emitidas a partir do dia 21 deverão ser canceladas, sendo os custos decorrentes do cancelamento de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA**.

2.5. A Nota Fiscal deverá conter, obrigatoriamente:

a) nome e número do banco, agência e conta corrente da **CONTRATADA**, vinculados ao mesmo CNPJ ou CPF constante do Contrato;

b) identificação do Contrato e do objeto contratual;

c) discriminação detalhada dos valores, incluindo os percentuais e valores de retenções legais aplicáveis (ISS, CSLL, PIS, COFINS, entre outros);

d) indicação correta e completa dos códigos fiscais, quantidades fornecidas, valores unitários e totais, bem como a comprovação de recebimento pelo Sesc/AM;

e) no campo “Dados Adicionais” da Nota Fiscal, a indicação da legislação ou decisão judicial que ampare eventual isenção, suspensão ou benefício fiscal, quando aplicável;

2.5.1. Fica expressamente vedada à **CONTRATADA** a emissão de boletos bancários ou a negociação de títulos de crédito junto a instituições financeiras com base nos créditos decorrentes deste Contrato.

2.6. Cada faturamento deverá ser acompanhado dos documentos de regularidade fiscal e trabalhista vigentes, a saber:

a) Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (ou Positiva com Efeitos de Negativa), expedida pela RFB/PGFN;

b) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;

c) Certidão Negativa de Tributos Estaduais (ou Positiva com Efeitos de Negativa) da sede ou domicílio da CONTRATADA, ou Certidão de não contribuinte;

d) Certidão Negativa de Tributos Municipais (ou Positiva com Efeitos de Negativa) da sede ou domicílio da CONTRATADA, ou Certidão de não contribuinte;

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

2.7. Havendo erro na fatura, ausência de documentos exigidos, recusa de aceitação de serviços, ou pendências da **CONTRATADA** perante terceiros (inclusive de natureza trabalhista, previdenciária ou fiscal) que possam prejudicar o **CONTRATANTE**, o faturamento será devolvido, ficando suspenso o prazo de pagamento até a regularização, sem ônus para a **CONTRATANTE**.

2.8. A **CONTRATADA** deverá manter sua regularidade fiscal e trabalhista durante toda a vigência do Contrato, sendo a ausência de comprovação considerada motivo suficiente para rescisão unilateral por parte da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO, EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E ACEITABILIDADE DO OBJETO

3.1. O objeto contratual será executado em etapas distintas, observando os prazos definidos no **TERMO DE REFERÊNCIA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 72/2025 – PGE**, neste instrumento e a vigência contratual estabelecida, conforme segue:

3.1.1. ETAPA 1 – RECEBIMENTO DOS EQUIPAMENTOS (DENTRO DO PRAZO DE EXECUÇÃO)

3.1.1.1. Após a entrega de todos os equipamentos, a ser realizada em até 30 (trinta) dias, a Fiscalização procederá à inspeção minuciosa, com acompanhamento de profissionais técnicos e dos responsáveis designados pela **CONTRATADA**, a fim de verificar a conformidade dos itens entregues com as especificações contratuais.

3.1.1.2. Constatada a conformidade, será emitido o Termo de Recebimento de Equipamentos, documento que constituirá o marco inicial para o prazo de execução dos serviços subsequentes.

3.1.2. ETAPA 2 – CONCLUSÃO DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO PROVISÓRIO DOS SERVIÇOS (MARCO FINAL DOS 45 DIAS)

3.1.2.1. Concluída a instalação, configuração, migração, testes e entrega da documentação “As Built”, a **CONTRATADA** solicitará formalmente o **Recebimento Provisório dos Serviços**, ao término do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias de execução contratual.

3.1.2.2. A Fiscalização realizará os testes de aceite técnico e funcional para validação integral do sistema, considerando a conformidade com as condições deste instrumento e do **TERMO DE REFERÊNCIA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 72/2025 – PGE**.

3.1.2.3. Para fins de recebimento provisório, o fiscal técnico designado emitirá relatório conclusivo acerca da conformidade da entrega com os parâmetros contratuais, abrangendo, quando aplicável, a qualidade técnica dos serviços prestados. O aceite provisório dependerá da aprovação deste relatório.

3.1.2.4. Sanadas eventuais pendências, a Fiscalização emitirá o **Termo de Recebimento Provisório dos Serviços**, que atestará o cumprimento do prazo de execução contratual e encerrará a fase de implementação técnica.

3.1.3. ETAPA 3 – PERÍODO DE OBSERVAÇÃO E RECEBIMENTO DEFINITIVO (DENTRO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL)

3.1.3.1. A partir da data do recebimento provisório, terá início o período de observação de 30 (trinta) dias corridos, durante o qual o sistema operará em ambiente de produção, sob acompanhamento da Fiscalização, para verificação de estabilidade, desempenho e conformidade técnica.

3.1.3.2. Durante o período de observação, a **CONTRATADA** deverá corrigir, sem ônus adicionais para a **CONTRATANTE** e nos prazos estabelecidos pela Fiscalização, quaisquer falhas, defeitos ou instabilidades detectadas.

3.1.3.3. Decorrido o período de observação com o sistema em pleno funcionamento, será emitido o **Termo de Recebimento Definitivo**, o qual constituirá o marco inicial do prazo de garantia dos equipamentos e serviços.

3.1.3.4. O recebimento definitivo somente ocorrerá após a plena conclusão do objeto contratual, compreendendo a entrega, instalação, configuração e operação regular de todos os equipamentos e serviços previstos.

3.2. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exime a **CONTRATADA** das responsabilidades decorrentes da má execução contratual, bem como das obrigações legais e contratuais relativas a garantias, indenizações e correções de eventuais vícios.

3.3. A **CONTRATADA** permanecerá responsável por todos os prejuízos causados à **CONTRATANTE** em razão de erro, omissão, negligência, imperícia, inobservância das especificações técnicas ou descumprimento das normas aplicáveis.

3.4. A instalação da Central deverá ser realizada nos seguintes endereços:

UNIDADE	CIDADE	ENDEREÇO
SESC ADMINISTRAÇÃO	MANAUS	RUA HENRIQUE MARTINS 427 – CENTRO 69010-010
SESC BALNEÁRIO	MANAUS	AVENIDA CONSTATINOPLA – 288 – PLANALTO 69045-000
SESC CIDADE NOVA	MANAUS	AV. VISCONDE DE ITANHAEN, 94 - CIDADE NOVA 69090-340

CLÁUSULA QUARTA – DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO

4.1. Os equipamentos e serviços objeto deste contrato deverão atender integralmente às especificações técnicas constantes no **TERMO DE REFERÊNCIA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 72/2025 – PGE**, parte integrante e indissociável deste instrumento.

4.2. As especificações técnicas compreenderão, entre outros aspectos:

- os requisitos de hardware e software;
- a topologia e arquitetura de rede;

- c) os padrões de desempenho, segurança e confiabilidade;
- d) os parâmetros de compatibilidade e interoperabilidade com os sistemas e infraestrutura existentes;
- e) os critérios de qualidade, desempenho e estabilidade operativa.

4.3. Qualquer divergência entre as especificações ofertadas e as exigidas no Termo de Referência deverá ser previamente comunicada e justificada pela **CONTRATADA**, cabendo à **CONTRATANTE** decidir sobre a sua aceitação, sob pena de rescisão contratual.

4.4. Os equipamentos e componentes entregues deverão ser novos, de primeiro uso, devidamente lacrados, livres de defeitos de fabricação e de acordo com as normas técnicas e de segurança aplicáveis.

CLÁUSULA QUINTA – DA GARANTIA E DO SUPORTE TÉCNICO

5.1. A **CONTRATADA** deverá assegurar garantia integral mínima de **60 (sessenta) meses** para os equipamentos fornecidos, contados a partir da data de assinatura do **Termo de Recebimento Definitivo**, abrangendo peças, componentes e mão de obra.

5.2. Durante o período de garantia, a **CONTRATADA** deverá realizar, sem qualquer ônus adicional para a **CONTRATANTE**, todos os reparos, substituições ou correções necessários ao perfeito funcionamento do sistema.

5.3. O suporte remoto (via telefone, e-mail, chat ou portal técnico) deverá estar disponível em regime 8x5 (oito horas por dia, cinco dias por semana), assegurando a rápida tratativa de incidentes.

5.4. O não atendimento dos chamados de suporte dentro dos prazos fixados sujeitará a **CONTRATADA** às penalidades previstas neste contrato, sem prejuízo da obrigação de correção da falha.

5.5. A substituição de equipamentos durante o período de garantia não acarretará interrupção do prazo de vigência contratual, devendo a **CONTRATADA** providenciar a substituição imediata dos itens com defeito.

CLÁUSULA SEXTA – DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

6.1. O cronograma físico-financeiro de execução do contrato observará as seguintes etapas e prazos máximos:

Fase	Atividades Principais	Responsável	Duração Estimada	Início Previsto	Término Previsto
1. Planejamento e Mobilização	Validação técnica da proposta, alinhamentos iniciais	CONTRATANTE + CONTRATADA	5 dias	Dia 1	Dia 5
2. Entrega de Equipamentos	Entrega física de todos os equipamentos : central telefônica, telefones IP/SIP, ramais, troncos digitais, etc.	CONTRATADA	25 dias	Dia 6	Dia 30
3. Montagem e Preparação	Montagem da central no rack, instalação elétrica e cabeamento	CONTRATADA	2 dias	Dia 31	Dia 32
4. Atualizações e Inicialização	Atualização de firmware, licenças e testes da central	CONTRATADA	1 dia	Dia 33	Dia 33
5. Configuração de Hardware e Rede	Configuração da central, integração com switches e servidores	CONTRATADA	2 dias	Dia 34	Dia 35
6. Instalação de Terminais	Instalação de telefones IP/SIP, configuração de ramais	CONTRATADA	3 dias	Dia 36	Dia 38
7. Configuração e Integrações	Parametrização de troncos, integração com VoIP e Teams	CONTRATADA	2 dias	Dia 39	Dia 40
8. Migração do Ambiente Legado	Migração dos ramais da central antiga para a nova plataforma	CONTRATADA	2 dias	Dia 41	Dia 42
9. Testes e Validação Funcional	Testes de chamadas, conferência e bilhetagem	CONTRATADA + CONTRATANTE	3 dias	Dia 43	Dia 45

6.2. Eventuais alterações de prazos deverão ser previamente justificadas pela **CONTRATADA** e submetidas à aprovação formal da **CONTRATANTE**, mediante termo aditivo, conforme o disposto na legislação aplicável e nas normas internas do Sesc/AM.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO E TESTES

7.1. A **CONTRATADA** será responsável pela execução completa das atividades de instalação, configuração, integração e testes dos equipamentos e sistemas contratados, devendo observar rigorosamente as condições técnicas e operacionais estabelecidas no Termo de Referência.

7.2. Todas as intervenções deverão ser realizadas por profissionais devidamente qualificados e autorizados, sob supervisão do responsável técnico indicado pela **CONTRATADA** e acompanhamento da Fiscalização da **CONTRATANTE**.

7.3. A **CONTRATADA** deverá apresentar, ao término da instalação, a documentação “As Built”, contendo todas as configurações implementadas, diagramas de rede, endereçamentos IP, credenciais técnicas e demais informações necessárias à gestão e manutenção futura do sistema.

7.4. Todos os testes de aceitação funcional e de desempenho deverão ser acompanhados pela Fiscalização, que emitirá relatório conclusivo quanto à conformidade da entrega, como condição para o recebimento provisório.

7.5. Qualquer ajuste, substituição ou correção exigido pela Fiscalização deverá ser executado pela **CONTRATADA**, sem ônus adicionais e dentro dos prazos por ela estabelecidos.

CLÁUSULA OITAVA – DA HABILITAÇÃO TÉCNICA E RESPONSABILIDADE PROFISSIONAL

8.1. A **CONTRATADA** deverá manter, durante toda a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais habilitados e com comprovada experiência na área de tecnologia da informação e redes de comunicação, em conformidade com as exigências do edital e do Termo de Referência do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 72/2025 – PGE**.

8.2. O responsável técnico deverá possuir registro ativo no respectivo conselho de classe, quando aplicável, e permanecer à disposição da **CONTRATANTE** durante todas as fases do contrato.

8.3. A substituição do responsável técnico somente poderá ocorrer mediante prévia comunicação e aprovação da **CONTRATANTE**, devendo o novo profissional possuir qualificação técnica equivalente ou superior àquela originalmente apresentada.

8.4. A **CONTRATADA** responderá integralmente por todos os atos, omissões ou falhas técnicas de seus prepostos e subcontratados, não sendo o recebimento do objeto causa excludente de sua responsabilidade técnica, civil, administrativa ou contratual.

CLÁUSULA NONA– DO PRAZO

9.1. O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data da última assinatura eletrônica ou digital, podendo ser prorrogado por interesse das partes, mediante termo aditivo, até o limite máximo de 120 (cento e vinte) meses, nos termos do art. 33 da Resolução SESC nº 1.593/2024.

9.2. O prazo de execução contratual será de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados a partir da data de autorização da Fiscalização do Contrato ou do pedido formal desta, e observará a seguinte divisão:

a) Fornecimento de todos os equipamentos objeto do contrato: até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data de autorização ou do pedido formal da Fiscalização do Contrato;

b) Serviços de implantação, migração, instalação, configuração e testes: até 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da data do Termo de Recebimento dos equipamentos pela área requisitante.

9.3. O recebimento definitivo dos bens e serviços ficará condicionado à verificação técnica e funcional realizada pela área técnica do Sesc/AM, com base nos critérios estabelecidos do Termo de Referência do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 72/2025 – PGE**.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1. Constituem obrigações do **CONTRATANTE**:

a) Exigir o fiel cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, em conformidade com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

b) Designar formalmente, por ato administrativo (ordem de serviço), o fiscal do contrato e seu substituto, devidamente identificados, os quais serão responsáveis pelo acompanhamento, controle e fiscalização da execução contratual;

c) Exercer, por intermédio do fiscal do contrato ou de comissão designada, o acompanhamento e a fiscalização da execução dos serviços, registrando em documento próprio as falhas, irregularidades ou ocorrências verificadas, indicando data, local e identificação dos empregados envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

d) Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, sobre a ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para sua correção e certificando-se de que as soluções apresentadas sejam técnica e operacionalmente adequadas;

e) Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** pelo valor resultante da prestação do objeto contratual, no prazo e nas condições estabelecidas neste instrumento;

f) Fornecer, por escrito, todas as informações e esclarecimentos necessários ao pleno desenvolvimento dos serviços contratados;

g) Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços executados, após o seu recebimento, registrando eventuais não conformidades;

h) Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresente condições adequadas ao cumprimento, pela **CONTRATADA**, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando os serviços forem executados em suas dependências ou em local por ela designado;

i) Disponibilizar o ambiente físico e lógico com infraestrutura adequada (espaço, energia elétrica, rede, segurança e refrigeração) para a instalação de equipamentos e realização dos serviços, quando aplicável;

j) Indicar formalmente os responsáveis técnicos da área requisitante para o acompanhamento e interlocução com a **CONTRATADA** durante as fases de instalação, configuração, testes e operação assistida;

k) Emitir, conforme ajuste ou autorização da Fiscalização do Contrato, os documentos necessários à execução contratual em tempo hábil, respeitando o cronograma físico-financeiro previsto;

l) Emitir, após verificação técnica da área requisitante, o **Termo de Recebimento dos Equipamentos**, formalizando a entrega física do objeto e iniciando a contagem dos prazos contratuais, conforme estabelecido neste instrumento;

m) Emitir o **Termo Circunstanciado de Recebimento dos Serviços**, após a conclusão das etapas de instalação, configuração, testes e operação assistida, atestando a conformidade da execução com os requisitos técnicos estabelecidos;

n) Abster-se de praticar quaisquer atos de ingerência na administração da **CONTRATADA**, especialmente:

I. Exercer o poder de mando sobre os empregados da **CONTRATADA**, devendo comunicar-se apenas com os prepostos ou responsáveis por ela indicados, salvo nos casos em que o objeto do contrato exija atendimento direto, como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

II. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da **CONTRATADA**, mediante a utilização destes em atividades diversas daquelas previstas no objeto contratual ou distintas das funções para as quais foram originalmente contratados;

III. Considerar os empregados da **CONTRATADA** como colaboradores eventuais do Sesc/AM, inclusive para fins de concessão de diárias, passagens ou quaisquer outros benefícios internos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. A **CONTRATADA** obriga-se a cumprir, com rigor e pontualidade, todas as disposições constantes neste instrumento contratual, no **TERMO DE REFERÊNCIA** do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 72/2025 – PGE**, bem como em sua proposta comercial, responsabilizando-se integralmente pela execução dos serviços contratados e, em especial, por:

a) Executar os serviços de acordo com as especificações do Termo de Referência e de sua proposta do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 72/2025 – PGE**, alocando pessoal qualificado e em número suficiente para o perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, observadas a qualidade e quantidade mínimas exigidas;

b) Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, total ou parcialmente, no prazo fixado pela fiscalização contratual, os serviços que apresentem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução ou dos materiais empregados;

c) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto contratual, bem como por todo e qualquer prejuízo causado à **CONTRATANTE**, à União ou a terceiros, obrigando-se a ressarcir integralmente os valores correspondentes, podendo a **CONTRATANTE** descontá-los da garantia contratual, se houver, ou dos pagamentos devidos;

d) Utilizar apenas empregados devidamente habilitados e capacitados, em conformidade com as normas legais e técnicas aplicáveis;

e) Cumprir rigorosamente as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e demais previstas na legislação vigente, bem como aquelas estabelecidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho, eximindo a **CONTRATANTE** de qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária por eventual inadimplência;

f) Comunicar, por escrito, ao fiscal do contrato, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal, incidente ou acidente verificado no local de execução dos serviços;

g) Prestar, sempre que solicitado, todos os esclarecimentos e informações requeridos pela **CONTRATANTE** ou por seus prepostos, garantindo-lhes livre acesso, a qualquer tempo, ao local de execução dos serviços e aos documentos pertinentes;

h) Suspender imediatamente, por determinação da **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada conforme a boa técnica ou que represente risco à segurança de pessoas, bens ou ao patrimônio da **CONTRATANTE**;

i) Promover a guarda, manutenção e vigilância dos materiais, ferramentas, equipamentos e demais recursos utilizados na execução dos serviços, responsabilizando-se por sua integridade durante toda a vigência contratual;

j) Assegurar a adequada organização técnica e administrativa dos serviços, conduzindo-os de forma eficiente e eficaz, conforme as especificações do Termo de Referência e cronograma aprovado;

k) Executar os trabalhos em estrita observância às normas legais, regulamentares e técnicas pertinentes, mantendo o local de execução sempre limpo, seguro e em condições adequadas de higiene e disciplina;

l) Submeter previamente, por escrito, à apreciação e aprovação da **CONTRATANTE**, quaisquer alterações nos métodos executivos ou procedimentos que se afastem das especificações constantes do Termo de Referência;

m) Observar integralmente as normas que proíbem o trabalho de menores de dezesesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos quatorze anos, bem como vedar o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos;

n) Manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em compatibilidade com as obrigações assumidas;

o) Guardar absoluto sigilo sobre todas as informações, dados, documentos e processos aos quais tenha acesso em razão da execução do contrato, sendo vedada sua divulgação ou utilização para fins alheios ao objeto contratual;

p) Garantir que todos os materiais e equipamentos fornecidos sejam novos, originais de fábrica, livres de vícios, recondicionamentos ou remanufatura, devendo apresentar documentação de origem e conformidade técnica sempre que solicitado;

q) Apresentar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, plano detalhado de execução dos serviços, contendo cronograma atualizado, equipe envolvida e metodologias a serem aplicadas;

r) Garantir a emissão, manutenção e entrega à **CONTRATANTE** da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) relativa à execução dos serviços, conforme legislação profissional vigente;

s) Disponibilizar treinamentos presenciais ou remotos à equipe técnica da **CONTRATANTE**, abrangendo operação básica, administração do sistema e procedimentos de contingência;

t) Manter equipe de suporte técnico remoto disponível durante toda a vigência do contrato e após a entrega provisória, observando o prazo máximo de resposta de até 4 (quatro) horas úteis para incidentes críticos;

u) Responder integralmente pela confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações trafegadas no sistema implantado, sendo vedada sua utilização para qualquer outra finalidade que não a expressamente prevista no contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO

12.1. A **CONTRATANTE** fiscalizará a execução do contrato por meio de colaboradores designados em Ordem de Serviço, responsáveis pela gestão, acompanhamento, conferência e atesto das notas fiscais, bem como pela verificação da conformidade técnica e quantitativa dos serviços prestados.

12.2. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade integral da **CONTRATADA** pelo cumprimento das obrigações legais e contratuais, respondendo esta por quaisquer danos, omissões ou irregularidades decorrentes de sua atuação.

12.3. Constatadas falhas, vícios ou irregularidades, o fiscal deverá registrar as ocorrências e determinar à **CONTRATADA** as medidas corretivas cabíveis, comunicando à autoridade competente sempre que necessário.

12.4. A fiscalização verificará a conformidade dos materiais, técnicas e equipamentos utilizados, conforme relação detalhada apresentada pela **CONTRATADA**, e poderá realizar avaliações diárias, semanais ou mensais da execução e qualidade dos serviços.

12.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais sujeitará a **CONTRATADA** às sanções previstas.

12.6. A **CONTRATADA** poderá apresentar justificativa formal em caso de desempenho inferior ao pactuado, desde que devidamente comprovada a excepcionalidade e aceita pela fiscalização.

12.7. É vedado à **CONTRATADA** elaborar ou interferir nas avaliações de desempenho e qualidade realizadas pela fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – PENALIDADES

13.1. A inexecução injustificada, a execução deficiente, irregular ou inadequada dos serviços, assim como o descumprimento dos prazos e condições estipulados, sujeitará a **CONTRATADA** às penalidades abaixo mencionadas, sem prejuízo de outras sanções legais pertinentes, de acordo com a legislação vigente:

a) Advertência;

b) Multa por atraso na entrega dos serviços, conforme tabela abaixo:

DIAS DE ATRASO	MULTA	DIAS DE ATRASO	MULTA	DIAS DE ATRASO	MULTA
1	0,1%	14	1,8%	27	5,1%
2	0,2%	15	2,0%	28	5,4%
3	0,3%	16	2,2%	29	5,7%
4	0,4%	17	2,4%	30	6,0%
5	0,5%	18	2,6%	31	6,4%
6	0,6%	19	2,8%	32	6,8%
7	0,7%	20	3,0%	33	7,2%
8	0,8%	21	3,3%	34	7,6%
9	0,9%	22	3,6%	35	8,0%
10	1,0%	23	3,9%	36	8,4%
11	1,2%	24	4,2%	37	8,8%
12	1,4%	25	4,5%	38	9,2%
13	1,6%	26	4,8%	39	9,6%

b.1) A base de cálculo da multa estipulada nesta alínea será o valor total do contrato;

c) Multa por inadimplemento de até 10% do valor total do contrato;

d) Rescisão unilateral do contrato;

e) Suspensão de licitar com o SESC pelo período de até 3 (três) anos.

13.2 As penalidades estabelecidas são independentes e terão aplicação cumulativa e consecutiva, a critério do **CONTRATANTE**, e serão precedidas da concessão de ampla defesa.

13.3 As multas aplicadas serão descontadas dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**.

13.3.1 Inexistindo pagamento devido pelo **CONTRATANTE**, ou sendo este insuficiente, caberá à **CONTRATADA** efetuar o pagamento que for devido, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contado da data da comunicação de confirmação da multa.

13.3.2 Não se realizando o pagamento nos termos definidos nesta cláusula, far-se-á sua cobrança judicialmente.

13.4 A critério do **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** não incorrerá na multa referida nos itens anteriores, na ocorrência de caso fortuito ou de força maior que impeça a prestação do serviço.

13.5 É facultado ao **CONTRATANTE** exigir, ainda, da (s) empresa (s), que não cumprir (em) as obrigações assumidas, perdas e danos, nos termos do Artigo 389, do Código Civil, sem prejuízo de outras penalidades previstas em lei, especialmente as da Lei nº 8.078, de 11/09/1990.

13.6 De acordo com o Art. 931 do Código Civil, os empresários individuais e as empresas responderão, independentemente de culpa, pelos danos causados pelos produtos fornecidos, salvo se os danos forem causados por funcionários da **CONTRATANTE** ou por terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

14.1 O não cumprimento de qualquer Cláusula ou condição deste Contrato importará sua rescisão imediata, a critério da parte adimplente, independente de aviso.

14.2 Ficará o presente Contrato rescindido de pleno direito, independente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial nos seguintes casos:

- a) Por inadimplência de qualquer das partes;
- b) Recuperação judicial, falência ou liquidação da **CONTRATADA**;
- c) Fusão ou incorporação à outra empresa, sem prévia e expressa concordância do **CONTRATANTE**;
- d) Incapacidade, desaparecimento, inidoneidade técnica ou má-fé da **CONTRATADA**, devidamente comprovada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - CESSÃO

15.1. A **CONTRATADA** não poderá ceder ou transferir, no todo ou em parte, as obrigações decorrentes deste contrato, salvo prévia autorização por escrito do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – NOVAÇÃO

16.1. A não utilização, pelo **CONTRATANTE**, de qualquer direito a ela assegurado neste contrato ou na lei geral, ou a não aplicação de quaisquer das sanções nele previstas, não importará em novações quanto a seus termos, não devendo, portanto, ser interpretada como renúncia ou desistência de aplicação ou de ações futuras. Todos os recursos postos à disposição do **CONTRATANTE** neste contrato serão considerados cumulativos, e não alternativos, inclusive em relação aos dispositivos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA ANTICORRUPÇÃO

17.1. Na execução do presente contrato é vedado à **CONTRATADA** e/ou ao EMPREGADO seu, e/ou ao PREPOSTO seu, e/ou ao GESTOR seu:

17.1.1. Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a Funcionário do **CONTRATANTE** ou a quem quer que seja, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

17.1.2. Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;

17.1.3. Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente contrato, sem autorização em Lei, no ato convocatório da licitação ou nos respectivos instrumentos contratuais;

17.1.4. Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente contrato;

17.1.5. De qualquer maneira fraudar o presente contrato, assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 (conforme alterada), do Decreto nº 8.420/2015 (conforme alterado), do U.S. Foreign Corrupt Practices Act de 1977 (conforme alterado) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis (“Leis Anticorrupção”), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA LEI DE PROTEÇÃO DE DADOS

18.1 A **CONTRATANTE** declara-se ciente e concorda, bem como adotará todas as medidas para deixar seus parceiros, colaboradores e clientes também cientes, e que a **CONTRATADA** em decorrência do presente Contrato poderá ter acesso, utilizará, manterá e processará, eletrônica e manualmente, informações e dados prestados pela **CONTRATANTE** e seus clientes (“Dados Protegidos”), exclusivamente para fins específicos de prestação dos Serviços. **CONTRATANTE** declara que, em decorrência do presente contrato, poderá ter acesso e utilizará, manterá e processará, eletrônica e manualmente, as informações e dados prestados pela **CONTRATADA**, exclusivamente para fins por ele acordado.

18.2 As Partes declaram-se cientes dos direitos, obrigações e penalidades aplicáveis constantes da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei 13.709/2018) (“LGPD”), e obriga-se a adotar todas as medidas razoáveis par garantir, por si, bem como seu pessoal, colaboradores, empregados e subcontratados que utilizem os Dados Protegidos na extensão autorizada na referida LGPD.

18.3 Ao finalizar a contratação, os dados pessoais coletados, serão armazenados até o período de guarda e ao final desse período, as partes se comprometem a efetuar o descarte dos dados adequadamente.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 Este Contrato somente poderá ser alterado, modificado ou renunciado mediante a celebração de instrumento de aditamento específico celebrado entre as Partes;

19.2 O **CONTRATANTE** se reserva ao direito de aumentar ou diminuir a quantidade do serviço, de acordo com sua demanda, em até 50% (vinte e cinco por cento), nas mesmas condições contratadas, conforme art. 38 da Resolução SESC nº 1.593/2024;

19.3 O contrato poderá ter seus valores reequilibrados, para mais ou para menos, mediante solicitação fundamentada da parte interessada, demonstrando o fato superveniente, o nexo com o objeto e a demonstração analítica de quais itens da composição de preços foram impactados;

19.4 O preço previsto na proposta será fixo e irreajustável durante o período mínimo de 12 (doze) meses;

19.5 Após o interregno de um ano e desde que haja requerimento da **CONTRATADA**, o preço inicialmente contratado poderá ser reajustado mediante prévia negociação entre as partes, observados os preços praticados no mercado, tendo como limite máximo a variação do IPCA, ou outro índice que venha a substituí-lo menos oneroso ao **CONTRATANTE**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, conforme o Art. 42, § 2.º da Resolução SESC nº 1.593/2024;

19.6 Fica expressamente proibida a **CONTRATADA** veicular publicidade comercial acerca do objeto deste Contrato sem prévia autorização do **CONTRATANTE**;

19.7 Os pagamentos efetuados após decorrido o prazo estipulado serão corrigidos monetariamente pelos índices oficiais em vigor;

19.8 Este termo será assinado digitalmente nos termos da Lei nº 14.063/2020, garantindo a autenticidade, validade jurídica e a segurança dos dados. A autenticidade deste documento está comprovada nos arquivos de metadados que comprovam a autoria.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

20.1 Fica eleito o Foro de Manaus/AM, com renúncia expressa de qualquer outro, para diminuir dúvidas porventura decorrentes do presente Contrato.

E, por estarem, assim, justas e contratadas, as Partes firmam o presente instrumento constituído por meio eletrônico, para que se produzam os necessários efeitos legais, dispensada a assinatura de testemunhas, conforme autoriza o art. 784, §4º, da Lei nº 13.105/2015.

Manaus/AM, considerar a data da última assinatura eletrônica/digital.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXX
SESC/DR/AM
CONTRATANTE

Xxxxxxxx
Representante Legal
XXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA

**ANEXO IV
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 072/2025**

MODELO DE ATESTADO DE VISITA TÉCNICA

(papel timbrado da firma)

Atesto, para fins de comprovação junto à Comissão Permanente de Licitação, que o Sr., portador da Carteira de Identidade Nº, expedida pelo (a) em __/__/__, representando nossa Empresa, compareceu ao local onde será executado o objeto da Licitação em epígrafe, tomando conhecimento de todas as condições e peculiaridades que possam, de qualquer forma, influir sobre o custo, preparação de documentos e proposta e a execução do objeto da Licitação.

Local, de de 2026.

.....
Carimbo e Assinatura do Representante Legal

INSTRUÇÕES:

- a) A visita técnica deverá ser realizada até **24 (vinte e quatro) horas antes da licitação** e deverá ser **previamente agendada**, através dos seguintes números de telefone:

Seção de Tecnologia da Informação e Telecomunicações – Telefone: (92) 2121-9560 / 99407-2593

- b) Este documento deverá ser apresentado, no momento da visita, para colaborador responsável pela visita, que após sua realização, o atestará através de assinatura e carimbo e após ser incluído no Sistema conforme “9.1.2.b”.

ANEXO V
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 072/2025

MODELO DE DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA À VISITA TÉCNICA
(papel timbrado da firma)

Declaro, para fins de comprovação junto à Comissão Permanente de Licitação, que o Sr., portador da Carteira de Identidade Nº, expedida pelo (a), representante legal da Empresa, CNPJ nº....., Endereço....., telefone....., email..... renuncia à Visita Técnica aos locais e as instalações para a prestação dos serviços constantes do objeto do Edital nº 072/2025-PGE, e o quadro técnico da empresa tomou conhecimento das reais condições de execução dos serviços, bem como coletaram informações de todos os dados e elementos necessário à perfeita elaboração da proposta comercial, responsabilizando-se por manter as garantias que vincularem nossa proposta ao presente processo licitatório, em nome da empresa que represento.

Local, de de 2026.

.....
Carimbo e Assinatura do Representante Legal